

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2020



nosi
we believe in...

Índice

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4
MISSÃO, ORGANIZAÇÃO, OBJETIVO E ESTRATÉGIAS	7
Missão e Visão	7
Estrutura de capital	7
Modelo de governo e remunerações	7
Modelo organizacional	8
Organograma funcional	9
Objetivo e linhas de orientação estratégica	10
SÍNTESE DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO ANO	11
Pilar Autenticação e Identificação Digital	11
Pilar Interoperabilidade entre Sistemas	12
Pilar Inovação Disruptiva nos Processos, Produtos e Serviços	14
PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO	18
CAPITAL HUMANO BALANÇO SOCIAL	20
Indicadores de síntese – caracterização do universo laboral	20
Evolução do capital humano	21
Distribuição por género	22
Qualificações profissionais	22
Colaboradores por direção funcional / área de projetos	23
Atividade formativa	23
Horário de trabalho	25
Mobilidade do universo laboral	25
Valor social, organizacional e cultural	26
DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	26
AGRADECIMENTOS	26
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	27

CONTAS 2020 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	28
Balanço	28
Demonstração de resultados por natureza	29
Demonstração de fluxo de caixa	30
Demonstração de alteração de capital próprio	31
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019	32
Identificação da Entidade	32
NOTA 0 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	32
NOTA 1 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS	34
NOTA 2 – FLUXOS DE CAIXA	40
NOTA 3 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	41
NOTA 4 – ATIVOS INTANGÍVEIS	42
NOTA 5 – CLIENTES	43
NOTA 6 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	44
NOTA 7 – DIFERIMENTOS	46
NOTA 8 – OUTRAS CONTAS A RECEBER	47
NOTA 9 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	47
NOTA 10 – CAPITAL PRÓPRIO	48
NOTA 11 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS	49
NOTA 12 – FORNECEDORES	50
NOTA 13 – OUTRAS CONTAS A PAGAR	51
NOTA 14 – DIFERIMENTOS	51
NOTA 15 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	51
NOTA 16 – SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	54
NOTA 17 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	55
NOTA 18 – GASTOS COM O PESSOAL	57

NOTA 19 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	57
NOTA 20 – OUTROS GASTOS E PERDAS	58
NOTA 21 – GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	58
NOTA 22 – JUROS E PERDAS SIMILARES SUPORTADOS	58
NOTA 23 - GARANTIAS	58
NOTA 24 - PARTES RELACIONADAS	59
NOTA 25 – RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO	59
NOTA 26 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	60
NOTA 27 - OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO REGIME DO ACRÉSCIMO	60
NOTA 28 – EVENTOS SUBSEQUENTES	60

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

O mundo mudou. Estamos a viver tempos de mudança com disrupções nunca antes visto. O impacto económico e sanitário da pandemia do novo coronavírus covid-19 veio confirmar a necessidade de acelerar a implementação da estratégia “Cabo Verde país plataforma – hub tecnológico e da inovação no atlântico médio”, para alavancar o potencial da transformação digital, contribuindo não só para a preservação da vida humana no contexto atual, como para garantir no futuro pós pandemia, a qualidade de vida das pessoas.

Em 2020, a pandemia do covid-19 e o conseqüente confinamento e adoção da prática de teletrabalho em massa trouxeram novos desafios para o setor digital cabo-verdiano em geral, e muito particularmente, para a Rede Tecnológica Privativa do Estado (RTPE), deslocalizando grande parte do perímetro das instituições públicas com o colaborador, tornando a reformulação do modelo das infraestruturas tecnológicas e organizacionais um imperativo para aportar o trabalho remoto seguro e eficiente.

NOSi enquanto empresa tecnológica do Estado e gestora da RTPE, competindo-lhe assegurar a transformação digital no setor público cabo-verdiano para melhorar a vida dos cidadãos e promover colaborações inovadoras entre as empresas, enfrentando um contexto que o desafia a encontrar soluções que se adequem às oportunidades e exigências tecnológicos atuais e futuros, adotou e implementou medidas potenciadoras de novas capacidades que permitiram garantir as operações na RTPE em segurança sem limitar o desempenho dos milhares de colaboradores da administração pública – no território e no exterior –, disponibilizando as ferramentas adequadas para o acesso aos sistemas e aos dados, para continuar a prestar serviço público essencial.

Mas o ano de 2020 representou um marco na história do NOSi, não apenas por ter sido um ano de grande incerteza e ansiedade provocado pela pandemia covid-19, que representou e continua a representar uma emergência global sem precedentes, mas sobretudo porque foi o ano que a empresa iniciou a execução do seu Plano de Ação Global Estratégico para horizonte 2019 - 2022 (PAGE), estruturado em três pilares estratégicos, representando uma profunda viragem no modelo de desenvolvimento e disponibilização dos produtos e serviços que a empresa fornece aos seus clientes.

As transformações constantes no PAGE não são apenas de cariz tecnológico. O ajustamento organizacional iniciado em 2020, mas não concluído, terá de continuar para dotar a empresa de capacidade de resposta adequada aos desafios que lhe vão sendo colocadas por novas exigências da transição digital do país, quer no âmbito da cibersegurança nacional, quer da agilidade e eficácia das soluções de governação digital.

O que falta fazer é ainda muito. No plano tecnológico e *compliance*, as lições aprendidas com o ciberataque Ransomware, já perto do final do exercício, em larga escala, com impacto grave sobre os sistemas nucleares RTPE – comprometendo toda a sua comunicação (interna e externa) e a propagação nas redes secundárias, implicando interrupção dos serviços mais críticos do Estado – não devem ser ignoradas para que nunca mais sejam postas em causa a soberania tecnológica do país e a sustentabilidade da Empresa. No plano de contabilidade analítica e de gestão de projetos, torna-se necessário a conceção e operacionalização de um sistema com modelo de cálculo e análise de custos com informações *on time* de natureza económica para planeamento e controlo da gestão. Finalmente, no plano de capital humano, exige uma modernização do seu sistema e dos instrumentos da regulamentação coletiva ajustando-os à nova realidade do setor digital.

Quanto ao desempenho financeiro, no exercício de 2020 a Empresa procedeu análises dos registos contabilísticos efetuados em anos anteriores relacionados, nomeadamente, com os ativos fixos inicialmente doados pelo Estado, enquanto acionista; com o empréstimo contraído junto da Caixa Económica de Cabo Verde em 2016, que permitiu superar o contencioso com parceiro Oracle e a assunção do pagamento dos juros e do capital pelo Estado e; com imparidade e anulação de saldos a receber de clientes, tendo efetuado diversas regularizações. Em função deste facto, a empresa reexpressou os comparativos de 2019, passando o resultado líquido transitado do exercício anterior, de mCVE 26 884 para mCVE 38 678. A redução de 13% do volume de negócios face ao ano 2019, deve-se essencialmente ao contexto da pandemia covid-19 que provocou quebras acentuadas nos serviços de housing, IaaS, consultorias e outros serviços.

Não obstante, reconhecemos a necessidade de melhorarmos o desempenho operacional, inculcando mais e melhor nível de produtividade. O indicador EBITDA negativo não significa necessariamente que o NOSi tem prejuízos no seu resultado final, já que houve algumas

regularizações. Por outro lado, os significativos investimentos feitos em projetos prioritários e urgentes para acelerar a economia digital no país, inscritos no pacote de financiamento do Banco Mundial no âmbito do Programa Cabo Verde Digital, executados pelo NOSi e recorrendo aos recursos financeiros próprios, serão objetos de compensação através da (re)negociação do modelo de desembolso do financiamento por parte do Banco Mundial.

Prazo médio de pagamentos (PMP) e prazo médio de recebimentos (PMR) encontram-se elevados, e esta tendência de aumento tem sido ao longo dos últimos anos. No que diz respeito ao PMR, verificou-se um aumento de 14% face ao ano anterior devido às dificuldades de cobrança e recuperação de crédito junto das câmaras municipais. Este indicador demonstra a necessidade do NOSi melhorar a política de crédito e a eficácia das cobranças, uma vez que este ineficiente rácio de funcionamento na gestão de cobranças, condiciona o cumprimento das obrigações para com outras entidades. O aumento do PMP em 17% demonstra, de certa forma, o poder negocial e confiança do NOSi em obter financiamento através dos seus fornecedores.

Uma palavra final sobre o forte engajamento e a participação ativa dos colaboradores na definição da estratégia, o que garante o alinhamento de todos os intervenientes na execução da mesma, contribuindo em muito para o desenvolvimento de uma cultura de excelência do NOSi.

O compromisso de todos e de cada um é a chave para o sucesso do cumprimento da nossa missão. Juntos vamos conseguir!

Praia, 21 de julho de 2021



CARLOS ALBERTO TAVARES PINA
(Presidente do Conselho de Administração)



Missão, Organização, Objetivo e Estratégias

Missão e Visão

Missão

NOSi, EPE tem por missão, liderar a transformação tecnológica no setor público cabo-verdiano para melhorar a vida dos cidadãos e promover colaborações inovadoras entre as empresas.

Visão

NOSi, EPE propõe ser um agente determinante da era do *Fast IT* em Cabo Verde, aproveitando as melhores soluções tecnológicas e colocá-las em prol de um serviço público mais responsivo e inclusivo.

Estrutura de capital

O Capital social do NOSi, de mCEV 50 000, integralmente detido pelo estado de Cabo Verde, é representado por 50 000 ações de valor nominal de mCVE 1 cada.

Modelo de governo e remunerações

O modelo de Governo do NOSi baseia-se na orientação estatutária constante no Decreto-Lei nº 13/2014, de 25 de fevereiro que cria o NOSi, E.P.E., composto pelos seguintes Órgãos Sociais:

Conselho de Administração

Presidente
Carlos Alberto Tavares Pina

Administradores Executivos
Mayra Suely Santos Silva
Lumumba Fernandes Barbosa

Fiscalização

Fiscal Único – Efetivo
Luís Aguiar – Auditor Certificado

Mesa da Assembleia Geral

Presidente
Leonilde Tatiana Santos

Modelo organizacional

O NOSi estrutura-se em Direções Funcionais e Áreas de Projetos num modelo de gestão matricial sob três pelouros. As estruturas orgânicas são flexíveis e orientadas a projetos e dotadas de um conjunto de competências e atribuições.

As funções e atribuições na estrutura organizacional, são:

- Diretor / Project Management Officer
- Product Manager (função de Assessoria Técnica ao CA)
- Project Manager
- Team Leader
- Team Member

O Pelouro Arquitetura e Interoperabilidade subdivide-se em duas áreas estratégicas:

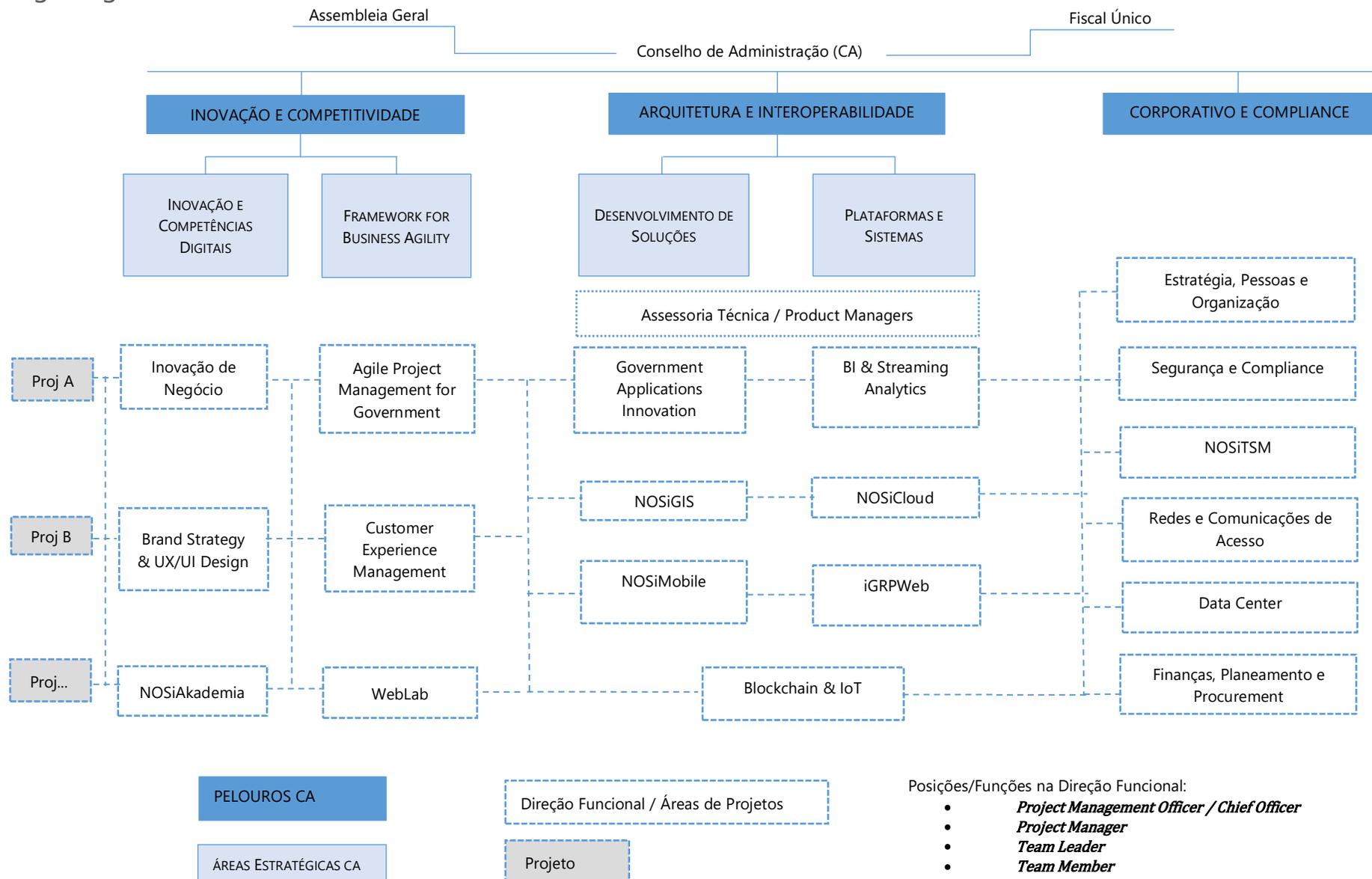
- Desenvolvimento de Soluções
- Plataformas e Sistemas

O Pelouro Inovação e Competitividade subdivide-se em duas áreas estratégicas:

- Inovação e Competências Digitais
- Framework for Business Agility

Na dependência direta do Conselho de Administração fica a Direção de Estratégia, Pessoas e Organização (EPO) e todas as Áreas de Projetos que não estejam integradas em Direções Funcionais.

Organograma funcional



Objetivo e linhas de orientação estratégica

Reposicionar estrategicamente o NOSi no novo ecossistema digital do país é o objetivo preconizado em linha com o Programa do Governo para entregar resultados definidos no âmbito do PEDS e do seu Programa Cabo Verde plataforma digital e da inovação.

O reposicionamento estratégico do NOSi aposta na (re)avaliação permanente das prioridades de transição digital do país para se adaptar aos desafios do futuro, no reforço da transparência da Empresa e no acompanhamento próximo dos projetos.

As atividades são desenvolvidas sob três pilares de atuação – **(i) Autenticação e Identificação Digital; (ii) Interoperabilidade entre Sistemas** e **(iii) Inovação Disruptiva nos Processos, Produtos e Serviços** – segundo três eixos estratégicos.

Os três eixos estratégicos subdividem-se em seis temas de intervenção orientados aos três pilares, materializando a nova arquitetura que suporta a governação digital do país.

Eixo #1: Adaptar aos riscos e oportunidades – Estratégias e ações que melhorem a capacidade adaptativa do NOSi.

1. Detetar e responder ágil e adequadamente à necessidade de mudanças de negócios, à medida que acontecem no contexto da transformação digital.
2. Melhorar o engajamento e colaboração dos stakeholders nos processos de negócio que envolvam a transformação digital.

Eixo #2: Consolidar eficiência operativa – A inovação requer um investimento direcionado.

3. Garantir o crescimento do NOSi e elevar o nível de financiamento na inovação.
4. Intensificar o rigor na gestão para alcançar o nível certo de transparência organizacional para apoiar decisões relacionadas com investimentos.

Eixo #3: Batalhar pelo talento – A inovação requer profissionais adequados e uma cultura que valorize a imaginação e o risco.

5. Definir o nosso nível mínimo de equipa IT.
6. Identificar e capacitar nossa força de trabalho do futuro.

Síntese das principais atividades do Ano

Com as necessárias adaptações face ao contexto da pandemia covid-19, nortearam as atividades em 2020 os três pilares de atuação definidos no PAGE para o triénio 2019-2022.

Pilar Autenticação e Identificação Digital

Priorizamos as atividades e soluções tecnológicas que permitam ao Estado garantir e promover identidade digital numa abordagem de *self-service* para que os cidadãos e empresas acedam e forneçam os serviços de forma livre, segura e transparente. Agilizamos algumas atividades que já estavam em curso, e alinhado com os vários *stakeholders*, propusemos e implementamos novas atividades / soluções para acelerar a transição digital do país.

- Atividade #1 Conceção e implementação da Chave Móvel Digital de Cabo Verde (CMDCV) como plataforma que garante Autenticação Única e Assinatura Digital, através do Cartão Nacional de Identificação (CNI) ou Título de Residência do Estrangeiro (TRE) – entrega e operacionalização prevista para segundo semestre 2021.
- Atividade #2 Implementação da PKI (Public Key Infrastructure) do NOSi e arranque do processo de certificação junto da ARME, esta enquanto Entidade de Certificação Eletrónica Raiz do Estado (ECR-CV), para registo do NOSi enquanto Entidade Certificadora de 2º Nível na hierarquia de certificação, para alavancar a economia digital – operacionalização e conclusão processo certificação prevista para segundo semestre 2021.
- Atividade #3 Reformulação da AUTENTIKA enquanto plataforma de gestão de Identidade Eletrónica, Autenticação e Assinatura Digital do Estado de Cabo Verde que garanta e facilita a identificação digital segura e confiável entre os cidadãos e os provedores de serviços online (públicos e privados).
- Atividade #4 Desenvolvimento e melhorias diversas no Sistema Nacional de Identificação e Autenticação Civil (SNIAC) para adequar e agilizar a emissão do Passaporte Eletrónico Cabo-Verdiano (PEC), o Cartão Nacional de Identidade (CNI) e o Título de Residência para Estrangeiros (TRE).

- Atividade #5 Desenvolvimento e operacionalização do *Middleware* de Cabo Verde e criação de condições tecnológicas para ativação das funções digitais CNI e TRE, em articulação com demais entidades do processo.
- Atividade #6 Implementação de uma nova arquitetura de autenticação na RTPE de alta disponibilidade e de elevado nível de segurança, certificada pelo standard ISO-27001.
- Atividade #7 Implementação da nova arquitetura *Firewalls* na RTPE, de segurança mais evoluída e dedicada à deteção de intrusões e monitorização de ameaças em tempo real, nomeadamente, na zona de perímetro da RTPE e das suas várias interconexões com o exterior.
- Atividade #8 Ações de melhoria contínua dos serviços de emails para garantir eficiência, transparência e segurança, e preparação para certificar o sistema *Identity and Access Management* (IAM) do NOSi pelo standard ISO-27001.
- Atividade #9 Operacionalização na RTPE dos *Endpoint Security* e otimização do seu sistema central de agentes *Endpoint Detection and Response*.

Pilar Interoperabilidade entre Sistemas

Apostamos fortemente na inovação e desenvolvimento da *framework* iGRPWeb (*Integrated Government Resource Planning*) e da plataforma PDEX (Platform for Data Exchange), bem como, na aceleração da computação distribuída, adotando tecnologia *Blockchain* como forma de garantir a alta disponibilidade, segurança e confiabilidade nas soluções do Governo Digital que permitam ao Estado garantir a interoperabilidade entre sistemas e promover a participação das empresas no fornecimento de serviços TIC ao Estado, de forma livre, segura e transparente.

- Atividade #1 Inovação na arquitetura de governação digital, ancorada no *framework* iGRPWeb disponibilizado num modelo de negócio *open source* e gratuito, para impulsionar desenvolvimento de soluções de governação digital

através de uma ampla externalização e a adoção de serviços de outsourcing.

- Atividade #2 Desenvolvimento e melhorias significativas na performance, segurança e agilidade da plataforma PDEX, através da parceria estratégica com WSO2 nos domínios de *API Management*, *Enterprise Integrator* e *Identity Service Management*.
- Atividade #3 Desenvolvimento de soluções que visam impactar positivamente a posição de Cabo Verde no *Doing Business*, nomeadamente, harmonização do processo de criação de empresa no Sistema de Informação do Registo Comercial (SIRC) com o do regime simplificado – Empresa no Dia (END), bem como a implementação de soluções de *Business Intelligence* para DGRNI com *dashboard* de KPIs relativos aos serviços centrais e civil.
- Atividade #4 Desenvolvimento da plataforma covid-19.cv em parceria com vários start-ups nacionais. Lideramos a implementação e disponibilização de um conjunto de soluções tecnológicas de apoio a combate e prevenção da pandemia covid-19, com informações úteis *on time*.
- Atividade #5 Desenvolvimento da plataforma Certificado Digital de Cabo Verde interoperável, baseada na tecnologia *Blockchain* que contém informações sobre a vacinação, resultado de testes ou recuperação do titular, emitido no contexto da pandemia da doença covid-19, para apoiar o país no processo de desconfinamento, reabertura do sector do turismo e retoma da economia.
- Atividade #6 Várias ações desenvolvidas para qualificar o Portal Consular de Cabo Verde através de uma equipa dedicada no âmbito do projeto *e-Embassy* em estreita parceria com a Unidade de Missão para Diáspora Digital (Embaixada de Cabo Verde em Portugal), incrementando melhorias significativas na qualidade dos serviços prestados pelas missões diplomáticas e consulados de Cabo Verde no mundo.
- Atividade #7 Conceção e desenvolvimento da componente back-end da Plataforma Balcão Único de Investimento (BUI) com todos os fluxos desmaterializados

para auxiliar os serviços no processo de emissão de Certificado do Estatuto de Investidor, e está em curso a conceção e implementação do Portal Institucional (Intranet e Extranet) da Cabo Verde TradeInvest (CVTi), para melhorar a comunicação intersectorial e disponibilizar um conjunto de serviços transacionais.

Atividade #8 Conceção, desenvolvimento e entrega ao Ministério do Turismo e Transportes (MTT) a Plataforma Digital de Tarifa Aérea Especial, criando condições para cumprimento da aplicação do Decreto-Lei nº 54/2019, de 10 de dezembro que regula o regime jurídico das tarifas aéreas aplicáveis no transporte aéreo de passageiros em Cabo Verde.

Atividade #9 Ações para acelerar a construção e operacionalização do Data Center-3 (Disaster Recovery) em São Vicente e upgrade do Data Center-1 da Praia e preparação do processo de e certificação para nível *Tier III*, junto do Uptime Institute.

Pilar Inovação Disruptiva nos Processos, Produtos e Serviços

Ao longo das últimas duas décadas foram feitos consideráveis investimentos em tecnologias de informação na Administração do Estado (central e local). Contudo, mesmo quando se atingiram os resultados esperados, pouco mais se conseguiu do que responder a problemas de melhoria superficial dos processos, justificado sobretudo pelo uso da Internet no relacionamento com os cidadãos e empresas. Este terceiro pilar consiste em capacitar a Administração Pública para a transformação digital, sustentada por uma arquitetura de inovação baseada no redesenho de processos de negócio, na agilidade e na qualidade da conceção de novos serviços e de novos modelos de entregas, garantindo eficiência, flexibilidade, rapidez e alinhamento com as necessidades dos cidadãos e empresas.

Atividade #1 Apoiar técnica e financeiramente projetos nas áreas da promoção do ecossistema da inovação tecnológica, desenvolvendo iniciativas de melhoria do mercado de trabalho no sector TIC, tem sido o principal desiderato da NOSiAkademia. De 2016 a 2020, a NOSiAkademia já

capacitou mais de duas centenas e meia de jovens recém-licenciados, dos quais cerca de 70% estão integrados no mercado de trabalho.

A partir de 2018, inclusive, o Programa de Estágio Profissional para Inovação e Tecnologia (PEPIT), implementado em parceria com a DGEFPEP e IEFP, foi determinante para este resultado. PEPIT consubstancia-se em dois eixos de atuação:

- (i) Eixo Estágio Profissional, com a valência no contexto das atividades do NOSi e valência JumpStart, esta última, enquanto aceleradora das start-ups TIC ou de empresas consolidadas que precisam melhorar ou desenvolver novos serviços ou produtos;
- (ii) Eixo Certificação, que consiste na preparação dos estagiários para utilização das tecnologias NOSi e/ou dos seus principais parceiros tecnológicos, especializando e diferenciando os jovens como profissionais IT, permitindo o reconhecimento de competências (hard skills e soft skills) no mercado nacional e internacional, dos seus conhecimentos técnicos e práticos na tecnologia em que adquirem a certificação.

Em 2020, apesar do contexto da pandemia covid-19 e um decréscimo acentuado de 43% nos subsídios de exploração para o PEPIT, continuamos a apostar fortemente no talento como o maior desafio ao crescimento económico e ao desenvolvimento do país, no médio e longo prazo. Ainda em 2020, arrancamos uma nova valência – Pré-incubadora TICSeed –, no âmbito do PEPIT, que visa estimular e apoiar *alumni* da NOSiAkademia que estejam na situação de desemprego, para empreendedorismo TIC. Finalmente, no âmbito do Programa Bolsa Cabo Verde Digital promovido pelo Fundo de Promoção de Emprego e Formação (FPEF) recebemos, orientamos e apoiamos promotores e os respetivos projetos de base tecnológica, disponibilizando recursos e competências para materialização das suas ideias de negócio.

A seguir o quadro síntese da NOSiAkademia em números, que mostra os resultados 2020 face ao ano de 2019.

Ações NOSiAkademia	Resultados		
	2020	2019	Var (%)
Estagiários NOSiAkademia (estágios profissionais e curriculares)	66	128	-48%
Estagiários NOSiAkademia PEPIT	63	128	-51%
Estagiários do NOSiAkademia com estágio concluído	102	67	52%
Estagiários que participaram nos programas de certificação da Microsoft	46	28	64%
Estagiários que beneficiaram da parceria com a Primavera Academy	2	8	-75%
Estagiários do NOSiAkademia no mercado de trabalho	56	55	2%
Estagiários contratados pelo NOSi no âmbito do programa NOSiAkademia	12	38	-68%
Empresas beneficiadas pela iniciativa JumpStart	8	10	-20%
Estagiários JumpStart com estágio concluído	40	6	567%
Estagiários contratados no âmbito do JumpStart	9	4	125%
Alumni NOSiAkademia contemplados pela Pré-incubadora TICSeed	10	-	-
Projetos Programa Bolsa Cabo Verde Digital apoiados	10	-	-
Promotores projetos Programa Bolsa Cabo Verde Digital mentorados	15	-	-

Atividade #2 Programa WebLab implementado em 2018 em parceria com o Ministério da Educação, tem sido imprescindível na inclusão e literacia digital e na criação e promoção de competências digitais do futuro, através de 44 laboratórios altamente equipados, distribuídos em todas as ilhas e nos 22 concelhos do país, e por esta via, foram inseridos no mercado trabalho 43 jovens monitores, foram capacitados mais de 1000 professores e beneficiados mais 15000 alunos (crianças e jovens). Em 2020, alargamos as ações de estímulo à inovação educativa através do Programa WebLab com enfoque particular na literacia digital através da educação não formal TIC para jovens que estão fora do sistema de ensino. Ao nível da promoção e disseminação social do Programa WebLab, a equipa participou na Rubrica Cidades do Futuro da RCV, promovida pela Fundação Smart City.

A seguir o quadro síntese da NOSiAkademia em números, que mostra os resultados 2020 face ao ano de 2019.

Ações WebLab	Resultados		
	2020	2019	Var (%)
Crianças e jovens no sistema de ensino beneficiados pelo Programa	3793	7569	-50%
Jovens fora do sistema de ensino beneficiados pelo Programa	100	80	25%
Ações lúdicas e pedagógicas para tempos livres nas férias – <i>Hitech Summer</i>	235	331	-29%
Crianças e jovens participantes no <i>Africa Code Challenge</i>	645	-	-

- Atividade #3** Aprofundamos o âmbito das ferramentas de desenvolvimento, segurança e de gestão de inovação e existentes, e alargamos capacitação em várias áreas de atuação, nomeadamente, segurança e compliance, desenvolvimentos e UX/UI design de portais corporativos, *Business Intelligence, API Management, Enterprise Integrator e Identity Service, etc.*, para apoiar setores públicos com uma rede de consultores certificados.
- Atividade #4** Operacionalização do modelo de gestão matricial orientado a projetos e implementação da estrutura de contabilidade analítica por centros de custos. Em curso a materialização deste modelo de imputação de custos a projetos através de uma plataforma ERP flexível e *open source*, por forma a monitorizar, avaliar e determinar *on time* o custo de cada projeto desenvolvido.
- Atividade #5** Participação ativa nas reuniões de trabalho da Comissão Nacional para a Estratégia Digital (CNED) e na elaboração do documento Estratégia para Governação Digital de Cabo Verde.

Devido ao ciberataque ransomware sofrida pela RTPE, o NOSi teve a necessidade de adquirir appliance e licenças necessárias para garantir suporte, manutenção/atualização e compliances para a sua arquitetura firewall. Assim sendo o NOSi recorreu a um financiamento junto a Caixa Económica de Cabo Verde com o aval do Estado, para fazer face a essa necessidade, conforme explicado na Nota 19 – Eventos Subsequentes do anexo as contas de 2020.

Principais indicadores de desempenho operacional e financeiro

	2020	2019	Var (%)
PROVEITOS E GANHOS	668 603	740 282	-11%
Volume de Negócios	462 310	528 451	-13%
<i>Housing</i>	15 179	19 473	-22%
<i>IaaS</i>	34 594	39 796	-13%
<i>PaaS</i>	5 840	4 927	19%
<i>SaaS</i>	11 205	11 298	-1%
<i>Bundled</i>	27 323	26 907	2%
<i>Consultorias</i>	40 586	55 092	-26%
<i>Desenvolvimento Software</i>	20 678	4 397	370%
<i>Manutenção de Aplicação</i>	-	3 524	-100%
<i>Manutenção de Licenças</i>	-	1 435	-100%
<i>Aluguer de Equipamentos</i>	1 305	4 198	-69%
<i>Serviços Protocolados c/Estado</i>	260 965	260 965	0%
<i>Lançamento de fibra ótica</i>	25 837	-	-
<i>Conetividade RTPE</i>	10 411	10 408	0%
<i>Outros</i>	8 387	86 031	-90%
Subsídios à Exploração	183 093	198 862	-8%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	23 200	12 969	79%
CUSTOS E PERDAS	735 883	707 261	4%
Fornecimentos e Serviços Externos	381 270	402 563	-5%
<i>Rendas e Alugueres</i>	124 411	124 543	0%
<i>Eletricidade</i>	34 073	40 781	-16%
<i>Comunicação</i>	111 298	101 630	10%
<i>Royalties</i>	29 309	70 048	-58%
<i>Serviço Especializado</i>	19 294	17 965	7%
<i>Conservação e Reparação</i>	17 112	14 685	17%
<i>Outros</i>	45 773	32 911	39%
Gastos com Pessoal	330 804	274 703	20%
Gastos c/Depreciação e Amortização	6 262	11 237	-44%
Juros e Encargos Suportados	12 012	11 902	1%
Outros Gastos e Perdas	3 874	6 855	-43%
CASH-FLOW OPERACIONAL – EBITDA	- 47 345	56 161	-184%

	2020	2019	Var (%)
<hr/> <i>RÁCIOS DE GESTÃO</i> <hr/>			
Clientes Nacionais	540 343	532 367	1%
Clientes Internacionais	81 954	92 302	-11%
PMR	427	375	14%
Fornecedores	455 298	412 606	10%
PMP	379	325	17%

Capital Humano | Balanço Social

Indicadores de síntese – caracterização do universo laboral

Nível médio etário	33
Taxa de feminização	35%
Taxa de Masculinização	65%
Taxa de habilitação superior	68%
Índice de rotatividade anual (turnover)	5%
Nível médio de Antiguidade	5
Leque salarial líquido (não inclui remuneração de dirigente)	7
Taxa de participação em formação	61%

Em 31 de dezembro de 2020 registou-se um total de 230 colaboradores em efetividade de funções, sendo que cerca de 65% do total são homens e 35% são mulheres.

As modalidades de vinculação no NOSi correspondem ao regime de contrato de trabalho por tempo determinado e contrato trabalho por tempo indeterminado.

Em relação à estrutura habilitacional, salienta-se que cerca de 68% dos efetivos têm habilitação superior, 14% têm ensino secundário, 9% possuem ensino profissional e 7% falta têm por concluir o ensino superior

Quanto à estrutura etária, verifica-se que o nível etário entre os 20 e 30 e dos 30 e 35 anos concentra o maior número de colaboradores, com um peso de 27% e 24%, respetivamente, no total dos colaboradores

A antiguidade média dos colaboradores do NOSi situa-se nos 5 anos de tempo de serviço.

Durante o ano de 2020 verificaram-se 17 situações de admissão, das quais 3 corresponderam efetivamente a novas entradas em regime contratual por tempo determinado e 14 são referentes a contratação que destacaram durante o período de estágio.

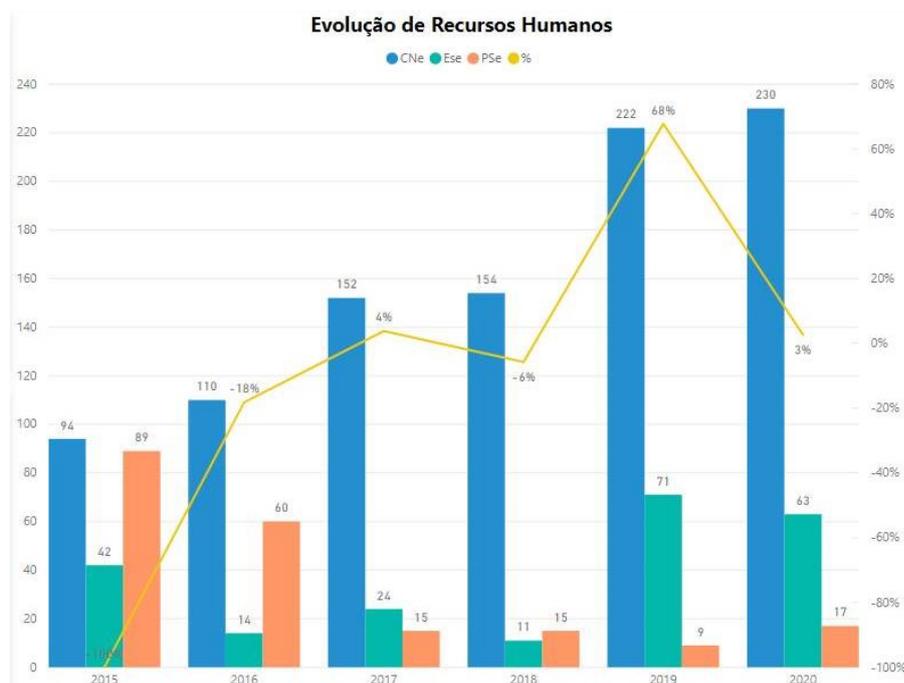
Registaram-se 8 (oito) saídas de colaboradores, por motivo de rescisão do contrato por parte da entidade empregadora, pelo próprio colaborador e licença sem vencimento.

Mesmo para grupos funcionais, com maior exposição a riscos profissionais não verificou nenhum acidente de trabalho, em 2020.

Evolução do capital humano

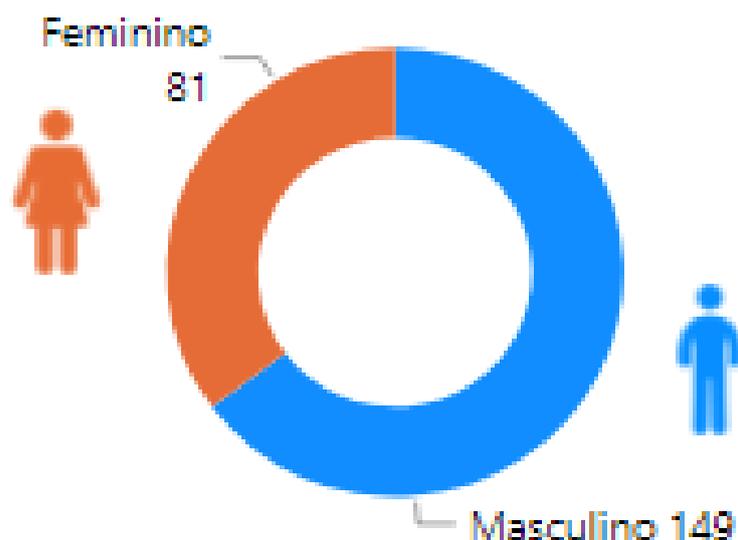
O NOSi implementa programas de políticas de estágios profissionais, priorizando o recrutamento através de absorção de estagiários, com impacto positivo na renovação do seu quadro de pessoal e na produtividade organizacional.

Em 31 de dezembro de 2020, o quadro geral dos colaboradores, registava um total de 230 colaboradores (CNe), sendo 3 contratos de Gestão em regime de comissão de serviço, 1 órgão social Fiscal Único, e restantes 226 em regime de contrato de trabalho. Ainda à data, registava 17 prestadores de serviço (PSe) e 63 estagiários (Ese), conforme mostra o gráfico a seguir.



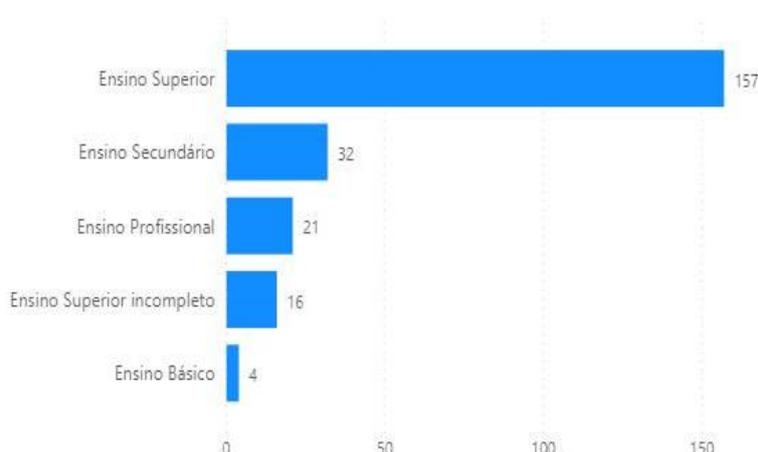
Distribuição por género

Considerando os colaboradores em funções à data de 31 de dezembro, verifica-se a predominância do género masculino, com 149 colaboradores face aos 81 colaboradores do género feminino, representando 65% e 35%, respetivamente.



Qualificações profissionais

Constata-se que 68% do total dos colaboradores detêm habilitação académica superior (bacharelato, licenciatura, mestrado). O grupo habilitacional com licenciatura continua, em 2020, a ser o mais representativo, equivalente a 63% do total de colaboradores a 31 de dezembro.

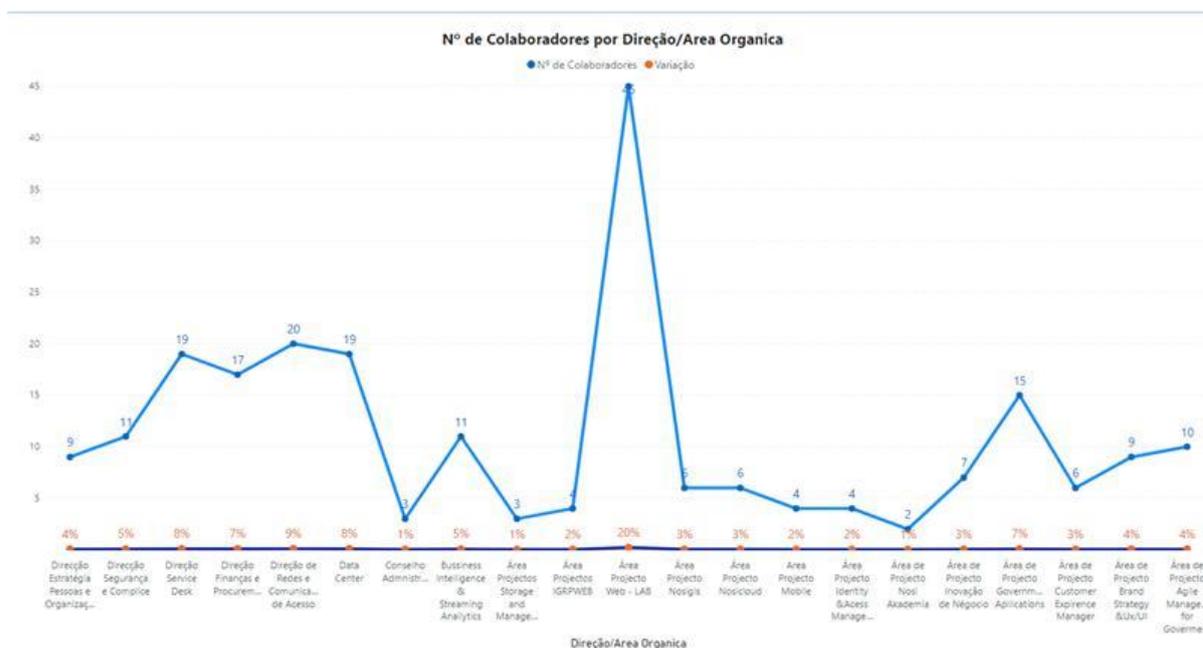


Em termos globais, cerca de 7% de colaboradores tem por concluir o ensino superior, faltando o trabalho final / monografia, 14% dos efetivos tem habilitação ensino secundário, 9% detém o ensino profissional.

Colaboradores por direção funcional / área de projetos

De referir que o WebLab tem um peso de 20% no total dos colaboradores do NOSi. Esta área de Projetos integra 43 monitores que estão distribuídos em todas as escolas secundárias dos 22 concelhos do país, e 3 técnicos afetos ao Projeto.

Em segunda posição a Direção de Rede e Comunicações de Acesso, representa 9% seguida das direções de Service Desk e Data Center, ambas com 8% do total de colaboradores.



Atividade formativa

As ações de capacitação foram alinhadas com o PAGE 2019-2022, de forma a responder necessidades reais de melhoria de competências dos colaboradores, com consequente aumento de produtividade da Empresa. Em 2020, no total foram realizadas de 14 ações de formação, dirigidas às diversas áreas de atuação do NOSi. Com um total de carga horária de

355 horas, foram abrangidos 140 colaboradores. As ações de capacitação foram ministradas através da aquisição de serviços (mCVE 8 474) em regime remoto e presencial. A seguir o quadro resumo da atividade formativa em 2020.

Ação de formação	Entidade formadora	Carga horária	Participantes	Investimento
Capacitação 1ª edição Préincubadora TIC Seed - Startup Nex	BIC	28	10	345 000
Programa Formação plataforma Liferay Portal	Liferay	88	20	629 340
PKI (Infraestrutura de Chave Pública) e gestão de certificados digitais	PrimeKey	28	22	238 172
Gestão de PKI com o Software EJBCA Enterprise	PrimeKey	28	10	238 172
Programa package	EC Council CSA	44	6	286 316
Executive Coaching Programs Workshops	Biz-Direct	3	9	372 144
Service Administrations Microsoft Teams	Biz-Direct	4	7	372 144
Auditoria Interna	IPAI	4	1	27 566
Curso Auditoria	ASD	2	1	24 369
Procedimentos Contratação Pública	Traininghouse	40	3	27 853
Encerramento de Exercício Aspectos Contabilísticos e Fiscais	OPACC	8	2	23 000
Esclarecimento Submissão DAIF, DPR e Modelo 1B	OPACC	4	1	5 000
Devoleper fundamental e Enterprise Integrator Developer Fundamental	WSO2	60	30	4 616 849
Avançada em Data Science & Analytics-information, Dashboard Desing-Storytelling with DataInfo. Dashboard Design	STEM e NOVA IMS	14	18	1 268 048
		355	140	8 473 973

Horário de trabalho

O regime do horário de trabalho aplicado é de 8 horas de trabalho diário, num total de 40 horas de trabalho por semana, com dois dias de descanso semanal, de acordo com a legislação Laboral cabo-verdiana. O horário de trabalho vigora das 08 às 17 horas, com descanso de uma hora de almoço.

No ano de 2020 devido a situação pandémica covid-19 a modalidade de trabalho aplicado foi misto, 50% em teletrabalho e 50% em regime presencial com a escala rotativa quinzenal em todas as direções funcionais e áreas de projeto/direções. Aos colaborardes que integram o grupo de risco definido pelas autoridades de saúde, trabalharam 100% em regime de teletrabalho.

Mobilidade do universo laboral

Admissões

Do total das admissões registadas ao longo do ano, realça-se que 13 situações corresponderam efetivamente à mudança da modalidade do contrato de estágio/prestação de serviço para contrato trabalho a tempo determinado, e 3 novas admissões em regime de vínculo contratual por tempo determinado, para função de técnico operacional e assistente operacional de forma a mitigar necessidades de recursos humanos nas áreas de projetos. Salienta-se a reintegração de um colaborador que se encontrava em regime de mobilidade numa outra entidade.

Saídas

Do total das saídas dos colaboradores, 5 situações corresponderam às saídas definitivas por motivo de cessação de contratos, registaram-se 2 pedidos de licença sem vencimento e 1 rescisão por iniciativa do colaborador para assumir novos desafios profissionais.

Valor social, organizacional e cultural

O NOSi incentiva colaboradores à prática do desporto, por exemplo, apoia a atividade “NOSiBola”, uma iniciativa dos colaboradores que dinamizam à prática do futebol no NOSi.

Mas também tem promovido práticas na resposta aos desafios da sociedade, procurando estar presente no apoio direto a várias iniciativas da sociedade incentivando os colaboradores nestas práticas, por exemplo, “NOSiCorason” é uma iniciativa interna que tem contado com forte engajamento dos colaboradores e estagiários. Visa, essencialmente, cultivar e reforçar o espírito solidário e ajudar os que mais precisam.

Tem apostado ainda em diversas estratégias para estimular interação entre os colaboradores, promovendo a integração dos novos profissionais e inculcando melhoria contínua nas relações interpessoais, para um bom ambiente organizacional, como por exemplo: Open Talks; Retiro Profissional; Jantar de Natal; etc.

Infelizmente em 2020, com exceção de algumas sessões Open Talk remota, o contexto pandémico não permitiu que as demais atividades que estimulam interação entre os colaboradores fossem desenvolvidas. Para amenizar a não realização do tradicional jantar de Natal, todos os colaboradores foram brindados com um cabaz de Natal.

Divulgação de informações complementares

Em cumprimento com o Código das Sociedades Comerciais e à luz das melhores práticas, fazemos referência a informações complementares relacionadas com (i) o número e valor nominal das ações, (ii) as partes relacionadas, (iii) remuneração dos auditores e membros dos órgãos sociais e (iv) da exposição da empresa a riscos de crédito, liquidez, taxa de juro e cambial nas notas 10, 24, 26 e 1.10, respetivamente, do anexo às demonstrações financeiras.

Agradecimentos

Não obstante enormes constrangimentos e desafios mencionados, como sempre o NOSi continua a apostar no futuro, e para a implementação da estratégia definida (PAGE 2019-2022) contamos com a participação ativa de todos, por isso, um agradecimento especial sobre a apreciável performance espelhada nos diversos indicadores apresentados ao longo do

presente relatório, que se deveu essencialmente à qualidade e empenho demonstrado por todos os colaboradores do NOSi e à confiança e apoio sempre disponível das tutelas sectorial e financeira, avalizando ou autorizando decisões ou propostas de decisão do Conselho de Administração.

Para o nosso Auditor e ao nosso Fiscal Único, uma palavra de agradecimento pelo rigor e sempre pronta colaboração e atenção dispensada às preocupações exposta pela gestão.

Proposta de aplicação de resultados

No exercício económico de 2020, o NOSi gerou Resultados Líquidos negativos de mCVE 65 782.

Assim, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido negativo de mCVE 65 782 seja transferido para resultados transitados.



CARLOS ALBERTO TAVARES PINA
(Presidente do Conselho de Administração)



MAYRA SUELY SANTOS SILVA
(Administradora Executiva)



LUMUMBA FERNANDES BARBOSA
(Administrador Executivo)

Contas 2020 | Demonstrações Financeiras

Balanço

Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial - NOSi, E.P.E.

Sede: Praia

NIF: 270 149 503

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de Escudos - mCVE)

RUBRICAS	NOTAS	DATA REFERÊNCIA		
		31-12-2020	31-12-2019	31-12-2019
		VALORES	(Apresentado) VALORES	(Reexpresso) VALORES
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos Fixos Tangíveis	3			
Terrenos e recurso naturais		22 037	22 037	22 037
Equipamento básico		1 577	406	406
Equipamento de transporte		2 385	3 060	3 060
Equipamento administrativo		9 187	3 629	3 629
Outros ativos fixos tangíveis		34 418	3 959	3 959
Ativos Intangíveis	4	32 838	2 132	2 132
Total do Ativo não corrente		102 442	35 223	35 223
Ativo Corrente				
Cientes	5	624 808	635 598	566 683
Estado e outros entes públicos	6	18 783	21 417	21 417
Diferimentos	7	48 278	4 717	24 213
Outras contas a receber	8	318 127	212 798	420 538
Caixa e depósitos bancários	9	5 699	53 007	53 007
Total do Ativo corrente		1 015 695	927 536	1 085 857
Total do Ativo		1 118 137	962 760	1 121 081
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital Próprio				
Capital estatutário		50 000	50 000	50 000
Reservas legais		2 688	-	-
Outras variações no capital próprio		192 709	294 213	192 709
Resultados transitados		243 345	(40 675)	207 356
Resultado líquido do período		(65 782)	26 884	38 678
Total do Capital Próprio	10	422 960	330 422	488 743
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	11	-	168 491	168 491
Total do Passivo Corrente		-	168 491	168 491
Passivo Corrente				
Fornecedores	12	450 754	412 606	412 606
Adiantamento de Clientes		2 514	-	-
Estado e outros entes públicos	6	31 126	13 021	13 021
Financiamentos obtidos	11	168 491	-	-
Outras contas a Pagar	13	28 319	38 220	38 220
Diferimentos	14	13 973	-	-
Total do Passivo Corrente		695 177	463 847	463 847
Total do Passivo		695 177	632 338	632 338
Total do Capital Próprio e do Passivo		1 118 137	962 760	1 121 081

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração




Demonstração de resultados por natureza

Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial - NOSi, E.P.E.

Sede: Praia

NIF: 270 149 503

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 JANEIRO 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 1 JANEIRO 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Escudos - mCVE)

RUBRICAS	DATA REFERÊNCIA			
		2020	2019	2019
	NOTAS	VALORES	(Apresentado)	(Reexpresso)
Vendas e Prestações de serviços	15	462 310	528 451	528 451
Subsídios à exploração	16	183 093	198 862	198 862
Resultado operacional bruto		645 402	727 313	727 313
Fornecimentos e serviços externos	17	(381 271)	(402 563)	(402 563)
Valor acrescentado bruto		264 132	324 750	324 750
Gastos com o pessoal	18	(330 803)	(274 703)	(274 703)
Outros rendimentos e ganhos	19	23 200	12 969	24 763
Outros gastos e perdas	20	(3 874)	(6 855)	(6 855)
Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos		(47 344)	56 161	67 955
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	21	(6 262)	(11 237)	(11 237)
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		(53 607)	44 923	56 717
Juros e perdas similares	22	(12 012)	(11 902)	(11 902)
Juros e ganhos similares Obtidos				
Resultado antes de Impostos		(65 619)	33 021	44 815
Imposto sobre o rendimento do período e tributação autónoma	6	(163)	(6 137)	(6 137)
Resultado líquido do período		(65 782)	26 884	38 678

O Contabilista Certificado




O Conselho de Administração



Demonstração de fluxo de caixa

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE			
Designação da Entidade: Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial - NOSi, E.P.E.			
Número de Identificação Fiscal: <u>270 149 503</u>			
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA			
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 JANEIRO 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 JANEIRO 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019			
RUBRICAS	DATA DE REFERÊNCIA		
		31/12/2020	31/12/2019
	NOTA	VALORES	VALORES
Metodo Directo			
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes	2	425 588	356 905
Pagamentos a fornecedores		(135 046)	(95 598)
Pagamentos ao pessoal		(255 302)	(189 489)
Caixa gerada pelas operações		35 241	71 817
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	(24 695)
Outros recebimentos/pagamentos		(51 801)	(20 698)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(16 560)	26 425
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a			
Activos fixos tangíveis	2	(14 581)	(5 652)
Activos intangíveis		(5 324)	(77)
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(19 905)	(5 729)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	2	1 140	1 370
Realzações de capital e de outros instrumentos de capital proprio			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a			
Financiamentos obtidos		(11 983)	(11 794)
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital proprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(10 842)	(10 425)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(47 308)	10 271
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		53 007	42 735
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9	5 699	53 007

(1)-O escudo admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de escudos

o Contabilista Certificado



o Conselho de Administração




Demonstração de alteração de capital próprio

Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial - NOSi, E.P.E.

Sede: Praia

NIF: 270 149 503

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 JANEIRO 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 1 JANEIRO 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Escudos - mCVE)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Realizado	Reservas legais	Outras Variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período	Total Capital Próprio
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	1	50 000	-	294 213	(49 138)	8 463	303 538
PERÍODO							
Resultado líquido do período						38 678	38 678
Alterações nas políticas contabilísticas e correções de erros				(101 504)	248 031	-	146 527
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	-	(101 504)	248 031	38 678	185 205
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Realizações de capital							-
Realizações de Capital							-
	3	-	-	-	-	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES	4						
Aplicação de Resultados do ano anterior					8 463	(8 463)	
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2019 (REEXPRESSO)	1+2+3+4	50 000		192 709	207 356	38 678	488 743
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1	50 000		192 709	207 356	38 678	488 743
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO							
Resultado líquido do período						(65 782)	(65 782)
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							-
RESULTADO EXTENSIVO	2	-		-	-	(65 782)	(65 782)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Realizações de capital							-
Entradas para cobertura de perdas							-
Distribuições						-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							-
	3						
OUTRAS OPERAÇÕES	4						
Aplicação de Resultados do ano anterior			2 688		35 989	(38 678)	
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2020	1+2+3+4	50 000	2 688	192 709	243 345	(65 782)	422 960

o Contabilista Certificado




o Conselho de Administração



Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 dezembro de 2020 e de 2019

(Todos os montantes estão expressos em milhares de Escudos – mCVE)

Identificação da Entidade

O Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial, EPE (adiante designado por NOSi ou Entidade), é uma Entidade Pública Empresarial, criada pelo Decreto-Lei nº 13/2014, de 25 de fevereiro, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial. O capital social de mCVE 50 000, integralmente detido pelo Estado de Cabo Verde, é representado por 50 000 ações de valor nominal de mCVE 1 cada. É uma entidade de âmbito nacional e fica sediada na cidade da Praia.

O objeto social, definido nos seus estatutos, consiste em, promover a inovação e governação eletrónica, apoiar na formulação de políticas no domínio das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e governação eletrónica, conceber, desenvolver e implementar sistemas de informação para a governação eletrónica, propor standarts de modelo integrado da governação eletrónica, participar na promoção da sociedade de conhecimento, participar na promoção do empreendedorismo e desenvolvimento empresarial, assegurar a harmonização de compatibilidade como o modelo integrado, exercendo ainda diversas outras atividades elencadas nos números 1 e 2 do artigo 4º dos estatutos.

NOTA 0 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009. A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos (mCVE).

No exercício de 2020 a Entidade procedeu à análise dos registos contabilísticos efetuados em anos anteriores relacionados, nomeadamente, com os ativos fixos inicialmente doados pelo Estado, enquanto acionista, com o empréstimo contraído junto da Caixa Económica de Cabo Verde e a assunção do pagamento dos juros e do capital pelo Estado, diferimentos e saldos a receber de clientes, tendo efetuado diversas regularizações. Em função deste facto, a Empresa reexpressou os comparativos de 2019, como segue:

	mCVE		
	31-12-2019	31-12-2019	
	Reexpresso	Apresentado	Diferença
Balço			
Clientes (ver Nota 5)	566 683	635 598	(68 916)
Diferimentos (ver Nota 7)	24 213	4 717	19 497
Outras contas a receber (ver Nota 8)	420 538	212 798	207 740
Outras variações no capital próprio (ver Nota 10)	192 709	294 213	(101 504)
Resultados Transitados (ver Nota 10)	207 356	(40 675)	248 031
Demonstração dos resultados por naturezas			
Outros rendimentos e ganhos (ver Nota 19)	24 763	12 969	11 794

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para distribuição em 21 Julho de 2021.

NOTA 1 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

1.1 Ativos fixos tangíveis e depreciações e ativos intangíveis e amortizações

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor acrescido dos gastos adicionais de compra e instalação, líquidos das respetivas depreciações acumuladas e de eventuais perdas de imparidade (ver Notas 1.2 e 3).

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados sempre que excedam o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a Sociedade e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição ou reavaliação pelo método de quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas refletem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens, como segue:

Descrição	Taxa
Edifícios e Outras Construções	3% - 5%
Equipamento Básico	5% - 25%
Equipamento de Transporte	13%
Equipamento Administrativo	12,5% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	16% - 20%

Os ativos fixos tangíveis doados pelo acionista Estado são depreciados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes bens da Entidade, sendo o respetivo custo compensado em Proveitos operacionais – Outros rendimentos e ganhos (ver Nota 19), pela redução das doações registadas em Outras variações de capital próprio (ver Nota 10). Esta política adotada

pela primeira vez em 2020, conduziu a que as demonstrações financeiras de 2019 fossem reexpressas (ver Notas 0 e 10).

b) Ativos Intangíveis e amortizações

Compreendem licenças de softwares, mensuradas ao custo de aquisição acrescido dos gastos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para o seu uso pretendido.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir do mês do início de atividade operacional, ao longo de três anos.

1.2 Imparidade de Ativos

Os ativos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos sujeitos a amortização são revistos, quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, menos os gastos para venda e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa).

1.3 Contas a receber de clientes e outros devedores e imparidade

Os saldos de clientes e devedores são reconhecidos pelo seu valor atual, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver Notas 5 e 8).

1.4 Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço - Passivo Corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos, sendo considerados como caixa e equivalentes na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

1.5 Capital Próprio

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas. A parcela não realizada do capital não é objeto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução das entradas de capital.

1.6 Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respetivos custos de transação, quando incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, se aplicável; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de gastos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Sociedade possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

1.7 Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos

que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 22,44%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2016 a 2020 podem vir a ser corrigidos. O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável. A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados. Havendo, os impostos diferidos são classificados como Não corrente.

1.8 Provisões para riscos e encargos

São constituídas provisões no balanço sempre que a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos venha a ser exigido para liquidar a obrigação.

1.9 Reconhecimento do rédito

(i) Vendas e prestações de serviços

Os proveitos associados à prestação de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transação à data de balanço. Os proveitos decorrentes das vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador.

(ii) Subsídios

Os subsídios do Governo só são reconhecidos quando existe segurança que a Sociedade cumprirá as condições a eles associadas e que serão recebidos. Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a Entidade por gastos incorridos, são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar (ver Notas 16, 17 e 18).

1.10 Gestão de Risco Financeiros

A exposição da Entidade a riscos financeiros não é significativa e inclui principalmente variações de taxas de juro, risco de crédito e risco de liquidez.

(i) Risco Cambial

O risco cambial é baixo, na medida em que existe uma paridade fixa, ou uma relação cambial estável com as principais moedas em que decorrem as transações externas, nomeadamente o Euro e o Dólar, não obstante a maioria das prestações de serviços e financiamentos obtidos serem em Escudos cabo-verdianos;

(ii) Risco da taxa de juro

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, encontrando-se por isso a Sociedade sujeita ao risco da variação da taxa de juro. Não existem “swaps” de taxas de juro.

(iii) Risco de crédito

Dado existir um número relativamente significativo de clientes e face à sua dispersão geográfica, não se considera existir concentração de risco de crédito.

(iv) Risco de liquidez

A Entidade apresenta fundo de maneo positivo na ordem dos mCVE 350 000, tem gerado e espera-se que continue a gerar fluxos de caixa operacionais positivos suficientes para suprir as suas necessidades de tesouraria, pelo que não apresenta risco de liquidez.

1.11 Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas no balanço nas rubricas de Outras contas a receber e Outras contas a pagar.

1.12 Transação em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, quando existem, são convertidas e contabilizadas em Escudos ao câmbio histórico da data em que ocorrem, sendo os saldos devedores e credores expressos em moeda estrangeira, no final do exercício, atualizados para Escudos resultantes da aplicação da taxa de câmbio oficial vigente nessa data. As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço são registadas como ganhos ou perdas na demonstração dos resultados do exercício.

1.13 Responsabilidades assumidas para com o pessoal

De acordo com a legislação cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas, encargo este, que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente, a Sociedade garante aos trabalhadores o pagamento de subsídio de férias o que, à semelhança das férias, representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Esta responsabilidade encontra-se apresentada em balanço na rubrica Outras contas a pagar (ver Nota 13).

Os trabalhadores da Entidade encontram-se integralmente abrangidos pelo sistema oficial de previdência social, gerido pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), não assumindo a entidade qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.14 Fornecedores e Outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados pelo seu valor nominal ou presente, caso aplicável.

1.15 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer, de acordo com as circunstâncias atuais. As diferenças de estimativa são registadas em rendimentos/gastos do exercício nas rubricas respetivas da natureza do rendimento ou gasto.

NOTA 2 – FLUXOS DE CAIXA

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos bancários que se encontram disponíveis para uso num curto prazo que não exceda os três meses.

Adicionalmente, consideram-se também equivalentes de caixa as aplicações financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a três meses e em relação às quais a variação de justo valor não é significativa, assim como os descobertos bancários, que são apresentados no Balanço em Financiamentos obtidos.

NOTA 3 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nestas rubricas decompõem-se como segue (em mCVE):

	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL GERAL
POSIÇÃO EM 1 DE JANEIRO DE 2019						
Valor de aquisição	22 037	3 603	4 975	14 801	1 656	47 072
Depreciação acumulada	-	(1 567)	(1 240)	(8 399)	(49)	(11 255)
Valor escriturado	22 037	2 036	3 735	6 402	1 607	35 817
VARIAÇÕES EM 2019						
Valor líquido inicial	22 037	2 036	3 735	6 402	1 607	35 817
Aquisições	-	-	0	1 546	2 820	4 366
Depreciação do exercício	-	(1 631)	(675)	(4 319)	(467)	(7 092)
Valor líquido	22 037	405	3 060	3 629	3 959	33 090
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019						
Valor de aquisição	22 037	3 603	4 975	16 347	4 476	51 438
Depreciação acumulada	-	(3 198)	(1 915)	(12 718)	(516)	(18 347)
Valor escriturado	22 037	405	3 060	3 629	3 959	33 090
VARIAÇÕES EM 2020						
Valor líquido inicial	22 037	405	3 060	3 629	3 959	33 090
Aquisições	-	1 280	-	7 636	31 525	40 441
Depreciação do exercício	-	(108)	(675)	(2 078)	(1 066)	(3 927)
Valor líquido	22 037	1 577	2 385	9 187	34 418	69 605
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020						
Valor de aquisição	22 037	4 883	4 975	23 983	36 000	91 878
Depreciação acumulada	-	(3 306)	(2 590)	(14 796)	(1 582)	(22 274)
Valor escriturado	22 037	1 577	2 385	9 187	34 418	69 605

As adições compreendem, essencialmente, (i) em Equipamento administrativo, a aquisição de secretárias (mCVE 1 825) e computadores (mCVE 2 732) e (ii) em Outros ativos fixos tangíveis, a aquisição de equipamentos de segurança e de monitorização de rede, firewalls PaloAlto e FortiGate à HardSecure (mCVE 29 178) e letreiro do NOSi (mCVE 2 229).

NOTA 4 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos em ativos intangíveis decompõem-se como segue:

	<u>mESC</u>
POSIÇÃO EM 1 DE JANEIRO DE 2019	
Valor de aquisição	175 231
Depreciação acumulada	<u>(169 644)</u>
Valor escriturado	<u>5 587</u>
VARIAÇÕES EM 2019	
Valor líquido inicial	5 587
Aquisições	56
Depreciação do exercício	<u>(3 511)</u>
Valor líquido	<u>2 132</u>
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019	
Valor de aquisição	175 287
Depreciação acumulada	<u>(173 155)</u>
Valor escriturado	<u>2 132</u>
VARIAÇÕES EM 2020	
Valor líquido inicial	2 132
Aquisições	33 041
Depreciação do exercício	<u>(2 335)</u>
Valor líquido	<u>32 838</u>
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020	
Valor de aquisição	208 328
Depreciação acumulada	<u>(175 490)</u>
Valor escriturado	<u>32 838</u>

As adições em 2020 compreendem a aquisição (i) do licenciamento e suporte dos firewalls Palo Alto FortiGate à Hardsecure, em dezembro de 2020, por mCVE 27 717 e (ii) do pacote para gestão de Infraestrutura de Chave Pública (PKI) à Primekey, por mCVE 4 414.

A Sociedade opera presentemente com uma licença da ORACLE adquirida em 2016 por mCVE 168 491, a qual foi amortizada ao longo dos exercícios de 2016 a 2018.

Os restantes ativos intangíveis dizem respeito a programas de computador.

NOTA 5 – CLIENTES

O saldo a receber de clientes compreende:

	mCVE		
	2020	2019 (Apresentado)	2019 (Reexpresso)
Clientes conta corrente - Nacionais			
Direção de Estrangeiros e Fronteiras	77 586	77 586	77 586
Câmara Municipal da Praia	60 791	47 018	47 018
Direção Geral das Telecomunicações e Economia Digital	46 430	46 430	46 430
Sistema Nacional de Identificação e Arquivo	41 653	41 653	41 653
Direção Geral de Apoio ao Processo Eleitoral	25 803	-	-
Ministério das Finanças	22 410	13 773	13 773
Câmara Municipal do Sal	16 696	14 319	14 319
Direção Geral dos Transportes	13 509	13 508	13 508
UC-SNQ - Ministério das Finanças	13 167	-	-
Casa do Cidadão	11 725	11 725	11 725
Instituto Nacional de Gestão	10 748	10 727	10 727
Câmara Municipal de São Vicente	10 549	9 310	9 310
Polícia Nacional	10 230	10 230	10 230
Câmara Municipal de Santa Catarina	8 264	7 105	7 105
Polícia Judiciária	8 091	7 877	7 877
Câmara Municipal de Boa Vista	7 926	6 865	6 865
Hospital Agostinho Neto	7 923	7 569	7 569
Câmara Municipal do Tarrafal	7 597	6 427	6 427
Câmara Municipal de Santa Cruz	7 276	6 374	6 374
Centro Nacional de Pensões Sociais	7 017	5 912	5 912
Direcção Nacional da Administração	-	8 923	8 923
Outros, inferiores a mCVE 7 000	185 354	178 940	178 940
	<u>600 744</u>	<u>532 270</u>	<u>532 270</u>
Clientes conta corrente - Estrangeiros			
Guiné Equatorial	57 889	57 889	57 889
Guiatel - Serviços de Telecomunicações	4 962	17 070	6 044
ECOWAS - Economic Community of West African States	14 310	23 234	23 234
Outros, inferiores a mCVE 2 000	4 792	5 135	5 135
	81 954	103 328	92 302
Menos:			
Perdas por imparidade acumuladas	(57 889)	-	(57 889)
	<u>24 065</u>	<u>103 328</u>	<u>34 413</u>
Saldo total de clientes	<u>624 808</u>	<u>635 598</u>	<u>566 683</u>

Por antiguidade, os saldos de clientes decompõem-se como segue:

	Câmaras Municipais		Estado e entidades públicas		Clientes privados		Clientes estrangeiros		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Saldos até 90 dias	7 838	7 874	2 273	29 683	15	0	0	2 621	10 126	40 178
Saldos entre 91 e 180 dias	7 747	7 551	15 955	26 291	14	5	27	3 667	23 743	37 514
Saldos entre 181 dias e 1 ano	15 099	17 108	3 309	88 684	0	11	2 600	2 513	21 008	108 316
Saldos com mais de 1 ano	172 518	132 507	325 206	195 964	682	413	71 526	51 791	569 932	380 675
Saldo Total	✓ 203 202	✓ 165 040	✓ 346 743	340 622	✓ 711	✓ 429	✓ 74 153	✓ 60 592	624 808	566 683

Em 2020, a Entidade (i) anulou mCVE 11 026 do saldo a receber da Guiatel - Serviços e Telecomunicações, que vinha a contestar essa dívida, e (ii) reconheceu perdas por imparidades do saldo de mCVE 57 899 a receber da Guiné Equatorial, cuja cobrança se afigura difícil, ambos por contrapartida de Resultados transitados (ver Notas 0 e 10), dado que os factos subjacentes a esses registos transitam de anos anteriores.

Não foram reconhecidas perdas por imparidades relativas às dívidas do Estado, Instituições públicas e Autarquias dado ser expectativa da Administração que a sua recuperação ocorrerá a curto prazo.

NOTA 6 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

		mCVE	
		<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldos devedores			
IVA - Imposto sobre Valor Acrescentado	(i)	16 551	14 667
Imposto sobre lucros a recuperar	(ii)	<u>2 233</u>	<u>6 750</u>
		<u>18 783</u>	<u>21 417</u>
Saldos credores			
Contribuições para a Previdência Social	(ii)	16 132	4 811
Imposto único sobre rendimentos	(ii)	14 831	2 072
Tributação autónoma		163	125
Imposto sobre lucros	(iii)	<u>-</u>	<u>6 013</u>
		<u>31 126</u>	<u>13 021</u>

(i) IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado

Corresponde ao valor do IVA a favor da Entidade referente ao exercício de 2020 (mCVE 1 883) e transitado de exercícios anteriores (mCVE 14 667). Não foram feitos pedidos de reembolso.

(ii) Contribuições para a Previdência Social/Retenção de impostos sobre rendimentos

Correspondem, essencialmente, (a) às contribuições da Entidade para a previdência social, dos quais mCVE 10 732 se encontram em mora à data do balanço e (b) às retenções efetuadas no processamento de remunerações do pessoal dependente, no montante de mCVE 14 300 (2019: mCVE 1 926) e no processamento dos honorários do pessoal independente, no montante de mCVE 472 (2019: mCVE 86), dos quais mCVE 12 278 se encontram em mora à data do balanço.

(iii) Imposto sobre lucros do exercício:

O resultado fiscal do exercício de 2020 e o encargo do exercício de 2019 com o imposto sobre lucros, foram calculados como segue:

	mCVE	
	2 020	2 019
Resultado antes de impostos	(65 619)	33 020
A adicionar		
Outros custos não aceites	2 440	4 838
A deduzir		
Correções relativas a exercícios anteriores	(4 613)	(8 199)
Benefícios fiscais (formação e mecenato)	(7 564)	(2 506)
Outros	(163)	(360)
Lucro (prejuízo) fiscal do exercício	(75 518)	26 793
Reporte dos prejuízos fiscais (conf. Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de Janeiro)		
- Exercícios anteriores (50% do lucro do exercício)	-	-
Matéria coletável	-	26 793
Taxa aplicável	22,44%	22,44%
Coleta	-	6 012
Tributação autónoma	163	124
Encargo do exercício com imposto sobre rendimentos	163	6 137

O Resultado fiscal negativo apurado em 2020, no valor de mCVE 75 518, gera imposto diferido ativo no valor de mCVE 16 946, o qual não foi registado devido à imprevisibilidade na sua recuperação.

NOTA 7 – DIFERIMENTOS

O saldo desta rubrica representa a parcela das licenças, softwares e outros serviços referentes aos exercícios de 2021 e subsequentes, cujas faturas foram, entretanto, rececionadas em 2020, encontrando-se por isso, registadas por contrapartida de Fornecedores (ver Nota 12). O saldo decompõe-se pelas seguintes entidades:

	mCVE	
	2020	2019
	(Apresentado)	(Reexpresso)
Microsoft	32 343	2 026
WSO2	9 782	-
VisionWare	3 009	-
Outras entidades	2 943	2 691
	<u>48 077</u>	<u>4 717</u>
		<u>24 213</u>

Na sequência da análise efetuada, procedeu-se à regularização do saldo desta rubrica no montante de mCVE 19 497 por contrapartida de Resultados Transitados dado que os factos subjacentes a esses registos transitam de anos anteriores.

NOTA 8 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

O saldo desta rubrica compreende, essencialmente, mCVE 317 305 (2019: mCVE 419 655) a receber do Ministério das Finanças e decompõe-se como segue:

- (a) mCVE 168 491 (2019: mCVE 168 491) relacionados com o empréstimo da CECV, cuja amortização do capital foi assumida pelo Estado (ver Nota 11).
- (b) mCVE 28 784 (2019: mCVE 39 239) referentes a juros do mesmo empréstimo, também assumidos pelo Estado (ver Nota 11).
- (c) mCVE 120 029 (2019: mCVE 211 873), a título de subsídio à exploração, com contrapartida em Fornecedores, dos quais:
- (i) mCVE 70 757 (2019: mCVE 184 144) relacionados com gastos com o fornecimento de serviços de circuitos e internet pela Cabo Verde Telecom e CV Multimédia, registados em Fornecimentos e serviços externos (ver Nota 12).
- (ii) mCVE 49 272 (2019: mCVE 27 729) referentes a royalties devidos à Microsoft, cujo pagamento é assumido pelo Estado.

NOTA 9 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

O detalhe do valor escriturado nesta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

	mCVE	
	2020	2019
Caixa		
Fundo Fixo	70	51
	<u>70</u>	<u>51</u>
Depósitos à ordem		
Banco Comercial do Atlântico	1 010	17 880
Caixa Económica de Cabo Verde	4 606	33 667
Banco Africano de Investimentos	13	1 408
	<u>5 629</u>	<u>52 956</u>
	<u>5 699</u>	<u>53 007</u>

NOTA 10 – CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos Registrados em 2020 e em 2019 nesta rubrica, encontram-se evidenciados na Demonstração de Alteração de Capital Próprio.

Capital social

O capital social, integralmente realizado, está representado por 50 000 ações com o valor nominal de ESC 1 000 (mil escudos) cada e é detido pelo Estado de Cabo Verde.

Outras variações no capital próprio

O saldo de mCVE 192 709 (2019: mCVE 192 710 (balanço reexpresso)) compreende, (i) mCVE 168 491 correspondentes ao valor do empréstimo contraído junto da CECV para a aquisição da licença ORACLE, cuja amortização do capital foi assumida pelo Estado (ver Notas 8 e 11) e (ii) mCVE 24 219 (2019: mCVE 24 219) referentes a bens do ativo fixo tangível doados pelo acionista Estado, dos quais mCVE 22 013 se referem a um terreno e mCVE 3 182 a equipamentos administrativos, líquidos de depreciações acumuladas de mCVE 1 000).

O saldo de mCVE 294 213 segundo o balanço de 2019 apresentado foi diminuído em mCVE 269 994, por contrapartida do aumento de Resultados transitados, sendo mCVE 121 120 correspondentes à compensação das depreciações dos bens do ativo fixo tangível em Proveitos operacionais - Outros rendimentos e ganhos (ver Nota 0 e 1.1 (a)) e mCVE 148 874 referentes ao valor necessário para equilibrar o balanço, em resultado da adoção, pela primeira vez em 2016, de um sistema de contabilidade baseado no regime de acréscimo (SNCRF), reclassificado para Resultados transitados por, em substância, representarem resultados apurados em anos anteriores (excedentes de exploração).

Resultados transitados

Os movimentos ocorridos em 2019 e 2020 na rubrica de Resultados transitados compreendem:

	<u>mCVE</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(49 137)
- Transferência do resultado líquido do exercício de 2018	<u>8 463</u>
Saldo conforme balanço de 2019 (apresentado)	(40 675)
Movimentos a crédito	
(i) Compensação de depreciações de bens doados (ver acima)	121 120
(ii) Saldo necessário para equilibrar o balanço aquando da conversão, em 2016, das contas para o SNCRF (ver acima)	148 874
(iv) Juros do empréstimo da CECV referentes a exercícios anteriores a 2019, assumidos pelo Estado (ver Nota 11)	27 455
(v) Diferimentos ativos (ver Nota 7)	19 497
Movimentos a débito	
(v) Imparidade e anulação de saldos a receber de clientes (ver Nota 5)	(68 915)
Saldo conforme balanço 2019 (reexpresso)	207 356
- Aplicação do resultado líquido (reexpresso de 2019)	<u>35 990</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u><u>243 345</u></u>

Reservas legais

O saldo de mCVE 2 688 resulta da aplicação do resultado líquido do exercício de 2019 (apresentado).

NOTA 11 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Corresponde ao empréstimo contratado em novembro de 2016 com a Caixa Económica de Cabo Verde, destinado a financiar a aquisição da licença ORACLE (ver Nota 4). Vence juros à taxa anual de 7%, pagos mensalmente. O empréstimo será reembolsado numa única prestação em novembro de 2021.

O empréstimo encontra-se garantido por uma carta conforto do Estado de Cabo Verde, que também assume a liquidação do capital e dos juros, nos Termos do Protocolo de prestação de serviços assinado em 2018 entre a Entidade e o Ministério das Finanças. Nesta base, em 2020, procedeu-se ao reconhecimento do valor correspondente a receber do Ministério das Finanças por contrapartida de uma contribuição do acionista para o capital próprio (Outras variações

no Capital próprio), tendo as demonstrações financeiras de 2019 sido reexpressas em conformidade (ver Notas 0 e 10).

NOTA 12 – FORNECEDORES

O saldo decompõe-se como segue:

	mCVE	
	2020	2019
Electra Sul	152 681	121 002
Microsoft	88 675	59 262
ARME-Agência Reguladora Multisetorial de Economia	32 630	29 683
Hardsecure	56 895	-
Cabo Verde Telecom	34 008	99 622
CV Multimédia	36 749	84 522
Cvnet, Lda	9 833	2 185
WSO2 Inc	7 978	-
Digitmarket - Sistemas de Informação	6 466	-
ASA- Aeroportos e Segurança Aérea	-	3 023
Outros, inferiores a mCVE 3 000	<u>24 839</u>	<u>13 307</u>
	<u>450 754</u>	<u>412 606</u>

A dívida para com a Electra Sul relaciona-se com o fornecimento de energia elétrica.

O saldo devido à Microsoft resulta da aquisição do pacote Microsoft 365, incluindo o Word, Excel, PowerPoint, Outlook, OneNote, SharePoint e Microsoft Teams.

A dívida para com a ARME relaciona-se com a taxa de regulação referente ao ano de 2020 (mCVE 2 947) e anos anteriores.

O saldo a pagar à Hardsecure resulta da aquisição de equipamentos e suporte dos firewalls Palo Alto e FortiGate, no valor de mCVE 19 919 (ver Nota 3) e respetiva licença para o período de 2021 a 2023, no valor de mCVE 27 717 (ver Nota 4).

As dívidas à CV Telecom e à CV Multimédia, no montante total de mCVE 70 757, relacionam-se com o fornecimento de serviços de circuitos e internet.

Esses mCVE 70 757 devidos à da CV Telecom e à CV Multimédia, bem como uma parcela de mCVE 49 272 a pagar à Microsoft são subsidiados pelo Estado de Cabo Verde, a título de

subsídio à exploração (ver Nota 16 e 17), razão pela qual têm contrapartida em Outras contas a receber - Ministério das Finanças (ver Nota 8).

NOTA 13 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

O saldo desta rubrica compreende, essencialmente, mCVE 25 246 (2019: mCVE 18 134) relativos a encargos férias e subsídios de férias a pagar no ano seguinte (ver Nota 1.13).

NOTA 14 – DIFERIMENTOS

O saldo desta rubrica representa os desembolsos recebidos da Direção Geral do Emprego, Formação Profissional e Estágios Profissionais (DGEFPEP) destinados a compensar os gastos a incorrer em 2021 com os estagiários.

NOTA 15 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

		mCVE	
		2020	2019
Serviços Ministério Finanças	(i)	260 965	260 965
Outros	(ii)	65 312	101 045
Consultorias	(iii)	40 586	55 092
IaaS - Infrastructure as a Service	(iii)	34 594	39 796
Bundled	(iv)	27 323	26 907
Housing	(vii)	15 179	19 473
SaaS – Software as a Service	(viii)	11 205	11 298
PaaS - Platform as a Service		5 840	4 927
Outros, inferiores a mCVE 5 000		1 305	8 947
		462 310	528 451

(i) Ministério das Finanças

No âmbito do Protocolo de prestação de serviços assinado entre as partes em abril de 2018, os serviços prestados ao Ministério das Finanças compreendem essencialmente (i) serviços de backup (mCVE 3 128/mês), (ii) serviços de licenciamento de software (mCVE 2 387), (iii) serviço VPS (mCVE 2 963/mês), entre outros, totalizando o montante anual de mCVE 260 295. Em contrapartida, a renda a pagar pelo NOSi pela utilização dos ativos do Estado relativos aos investimentos do E-gov1 e E-gov2 ascende a mCVE 110 965 (ver Nota 17 (i)).

(ii) Outros

Compreendem, essencialmente, (a) softwares desenvolvidos aos clientes (i) UC-SNQ - Ministério das Finanças (mCVE 3 111), (ii) Projeto Projeto PALOP (mCVE 2 696), (iii) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (mESC 2 590), (iv) Direção Nacional da Administração Pública (mCVE 2 544) e (v) Quadro Integrado Reforçado (mCVE 2 017), (b) serviços relacionados com o lançamento de fibra ótica prestados ao Ministério das Finanças (mCVE 13 054) e ao Banco de Cabo Verde (mCVE 8 389) e (c) serviços de conectividade à rede tecnológica privativa do Estado (mCVE 10 411) (2019: mCVE 10 409).

Em 2019, o saldo incluía (i) mCVE 65 220 faturados ao SNIAC - Sistema Nacional de Identificação e Autenticação Civil referentes à implementação de novos e mais seguros documentos de identificação, nomeadamente o passaporte eletrónico (PEC), título de residência (TRE) e o Cartão Nacional de Identificação (CNI).

(iii) Consultorias

Compreendem, essencialmente, serviços de consultoria prestados (i) à Direção Geral e Apoio ao Processo Eleitoral (mCVE 22 437) referentes à implementação de um conjunto de melhorias no sistema de informação e gestão eleitoral e assessoria técnica às eleições, (ii) ao Ministério das Finanças, no valor de mCVE 8 338 referente ao Upgrade e Implementação do Sistema de Informação de Registo Predial (SIRP) e Sistema de Informação de Notariado (SIN) para a Direcção Geral dos Registos, Notariado e Identificação (DGRNI).

Em 2019 compreendiam, essencialmente, serviços de consultoria prestados (i) à Direcção Nacional da Administração Pública (mCVE 31 533), (ii) ao Ministério das Finanças (mCVE 6 010) e (iii) à Athanor SPRL (mCVE 4 927).

(iv) IAAS – Infrastruturas As A Services

Compreendem, essencialmente, mCVE 28 255 (2019: mCVE 24 335) de disponibilização de recursos computacionais ao INPS, tais como:

- Webhosting – disponibilização de espaço em servidor compartilhado, com a utilização de servidor com “webserver” para hospedar e gerir sites. Fornece ainda um sistema de mensagens (webmail), gestão de subdomínios e oferta de base de dados com características específicas em cada pacote;
- Virtual Private Server (VPS) – disponibilização de servidores virtuais privados para alojamento, acessível via internet e providos de alto nível de segurança e de confiabilidade dos dados. O serviço permite a configuração e o controle do servidor, beneficiando de uma série de serviços associados como monitoramento, alta disponibilidade e acompanhamento técnico especializado;
- Virtual Data Center (VDC) – disponibilização de recursos virtuais lógicos e isolados, desenhado para permitir o autopvisionamento e gestão dos recursos de computação através da internet, podendo ser utilizado consoante a necessidade;
- Backup – realização de cópias de segurança de dados que permite, a qualquer momento, aceder e recuperar os dados de um momento anterior.

(v) Bundled – Office Automation

Compreende aplicativos disponibilizados às Câmaras Municipais e ao INPS, ascendendo a mCVE 14 340 e mCVE 4 925 (2019: mCVE 14 241 e mCVE 5 122), respetivamente, e a outras entidades.

(vi) Housing

Consiste em serviços de alojamento de servidores, de modo seguro, prestados ao Banco de Cabo Verde e à ECOWAS Commission nos montantes de mCVE 7 200 e mCVE 4 082, respetivamente (2019: mCVE 7 200 e mCVE 7 678).

(vii) SAAS – Software As A Service

Compreende, essencialmente, mCVE 7 715 (2019: 7 514) referentes à disponibilização à Câmara Municipal da Praia.

NOTA 16 – SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os Subsídios à Exploração concedidos pelo Estado (Ministério das Finanças) e pela Direção Geral do Emprego, Formação Profissional e Estágios Profissionais (DGEFPEP) destinam-se a compensar, total ou parcialmente, os seguintes gastos, registados em Fornecimentos e serviços externos (ver Nota 17) e Gastos com o pessoal (ver Nota 18):

	mCVE	
	2020	2019
Ministério das Finanças		
Aluguer de circuitos à CV Telecom	76 514	68 099
Serviços de internet da CV Multimédia	44 098	44 098
Licenças da Microsoft	21 522	40 105
	<u>142 134</u>	<u>152 302</u>
DGEFPEP		
Mentoria - Valor destinado ao NOSi	17 351	23 542
Bolsa de estudo ao estagiários	11 573	14 315
Kit Informático	3 744	2 404
Renda do Nosi Academia	2 424	1 800
Gastos diversos com estagiários	5 867	4 620
	<u>40 959</u>	<u>46 681</u>
	<u><u>183 093</u></u>	<u><u>198 983</u></u>

Dos mCVE 40 959 subsidiados pela DGEFPEP, mCVE 17 179 encontram-se registados em Gastos com o Pessoal (ver Nota 18), correspondendo os restantes mCVE 13 446, designados por Mentoria, à formação ministrada aos estagiários por técnicos do NOSi.

NOTA 17 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe do valor escriturado na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos é o seguinte:

		mCVE	
		2020	2019
Rendas e alugueres	(i)	124 411	124 543
Comunicação	(ii)	111 298	101 630
Eletricidade	(iii)	34 073	40 781
Royalties	(iv)	29 309	70 048
Trabalhos especializados	(v)	19 294	17 965
Trabalhos executados no exterior	(vi)	18 120	-
Conservação e reparação	(vii)	17 112	14 685
Honorários		5 189	5 764
Vigilância e segurança		4 597	4 440
Deslocações e estadas		4 146	9 057
Limpeza, higiene e conforto		2 964	2 658
Outros fornecimentos e serviço		2 460	2 707
Outros, inferiores a mCVE 2 500		8 297	8 285
		<u>381 271</u>	<u>402 563</u>

(i) Rendas e alugueres

O saldo compreende, essencialmente, rendas das instalações (a) do Data Center, propriedade do Estado, (b) da sede da Entidade e (c) do NOSi Akademia, nos montantes de mCVE 110 956 (ver Nota 16 (i)), mCVE 10 243 e mCVE 2 390 (2019: mCVE 110 965, mCVE 10 584 e mCVE 1 800), respetivamente.

(ii) Comunicação

O saldo compreende, essencialmente, fornecimentos de circuitos, serviços IP e taxa de utilização de frequências fornecidos pela CVTelecom e CV Multimédia, nos montantes de

mCVE 66 615 e mCVE 38 346 (2019: mCVE 59 216, mCVE 38 346), respetivamente, os quais são parcialmente subsidiados pelo Ministério das Finanças (ver Nota 17).

(iii) Eletricidade

Compreendem, essencialmente, o consumo de eletricidade no Data Center, nos concentradores e na sede, nos montantes de mCVE 26 925, mCVE 3 377 e mCVE 2 622 (2019: mCVE 33 356 e mCVE 6 418 respetivamente).

(iv) Royalties

Compreendem essencialmente, as licenças pagas a Microsoft, relativamente ao pacote Microsoft 365, entre outras licenças diversas.

(v) Trabalhos especializados

Compreendem, essencialmente, gastos com (i) a implementação do serviço de fibra ótica entre a sede do Banco de Cabo Verde e o Data Center (mCVE 8 389), prestado pela TEI, ao NOSi que, por sua vez, fatura o Banco de Cabo Verde, (ii) serviços profissionais de upgrade e migração de dados (mCVE 3 970), prestados pela Open Up, Sistemas de Informação, Lda (mCVE 1 985) e pela IDW-Consultoria em Serviços de Informação, Lda (mCVE 1 985).

Em 2019, compreendiam, essencialmente, mCVE 10 372 referente aos serviços de upgrade e migração de dados, prestados pela Open Up, Sistemas de Informação, Lda.

(vi) Trabalhos executados no exterior

Compreendem, essencialmente (i) serviços de suporte Microsoft prestados pela Bizdirect (mCVE 5 639) e serviços prestados pela empresa OpenSoft no âmbito do Desenvolvimento e Implementação Aplicacional da Solução de Autenticação e Assinatura Digital (mCVE 7 132)

(vii) Conservação e reparação

Compreendem, essencialmente, serviços de Manutenção das Infraestruturas de base do Data Center prestados pela CVNet, no valor de mCVE 11 400 (2019: mCVE 11 400).

NOTA 18 – GASTOS COM O PESSOAL

	mCVE	
	2020	2019
Ordenados e salários	243 420	204 862
Remuneração dos órgãos sociais	10 696	10 576
Encargos sobre remunerações	42 336	35 114
Outros gastos com o pessoal	34 350	24 151
	<u>330 803</u>	<u>274 703</u>
Número médio de empregados	<u>230</u>	<u>223</u>

Os outros gastos com o pessoal incluem, essencialmente, (i) mCVE 17 179 (2019: mCVE 14 315) referentes a subsídios de estágio concedidos no âmbito do Acordo de Parceria e Financiamento com a Direção Geral do Emprego, Formação Profissional e Estágios Profissionais, os quais foram subsidiados por esta entidade (ver Nota 16), (ii) mCVE 7 260 (2019: mCVE 2 477) relativos a complementos e gratificações de salários concedidos aos Diretores, Project Manager, Chefes das Divisões e Team Leaders das áreas de projeto, (iii) mCVE 3 555 (2019: mCVE 5 011) de gastos com formação, (iv) mCVE 2 976 de retroativos concedidos aos colaboradores na sequência do ajustamento salarial feito em 2020.

NOTA 19 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Compreendem, essencialmente, (i) a compensação dos juros do exercício referentes ao empréstimo contraído junto da CECV, no montante de mCVE 11 827 (2019: mCVE 11 794) (ver Nota 23), uma vez que os mesmos são assumidos pelo Ministério das Finanças (ver Nota 11),

(ii) diferenças de câmbio de mCVE 4 800 e (iii) correções relativas a exercícios anteriores, no montante de mCVE 4 613 (2019: mCVE 8 199).

NOTA 20 – OUTROS GASTOS E PERDAS

Decompõem-se como segue:

	mCVE	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Correções relativas a períodos anteriores	1 929	4 320
Imposto de selo	1 436	1 407
Taxas	442	170
Quotizações	67	60
Donativos	-	898
	<u>3 874</u>	<u>6 855</u>

NOTA 21 – GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Compreendem as depreciações do exercício dos ativos fixos tangíveis e as amortizações do exercício dos ativos intangíveis, nos montantes de mCVE 3 927 e mCVE 2 335 (2019: mCVE 7 710 e mCVE 3 528), respetivamente (ver Notas 3 e 4).

NOTA 22 – JUROS E PERDAS SIMILARES SUPOSTADOS

O saldo desta rubrica inclui, essencialmente, juros de financiamentos bancários, no montante de mCVE 11 827 (2019: mCVE 11 794) (ver Notas 11 e 19).

NOTA 23 - GARANTIAS

Não existiam, à data do balanço, quaisquer garantias prestadas pela Entidade.

O financiamento bancário obtido encontra-se garantido por uma carta conforto do Estado de Cabo Verde (ver Nota 11).

NOTA 24 - PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações ocorridas em 2020 e 2019 entre a Entidade e o Estado de Cabo Verde (Ministério das Finanças) e a Direção Geral do Emprego, Formação Profissional e Estágios Profissionais, sumarizam-se nos quadros seguintes (em mCVE):

	2020							
	Balanço				Transações			
	Cientes	Outras contas a receber	Outras contas a pagar	Diferimentos	Forn. e serv. Externos	Prestação de serviços	Subsídio a exploração	Outros Rendimentos e Ganhos
	<i>(ver Nota 5)</i>	<i>(ver Nota 8)</i>	<i>(ver Nota 13)</i>	<i>(ver Nota 14)</i>	<i>(ver Nota 17)</i>	<i>(ver Nota 15)</i>	<i>(ver Nota 16)</i>	<i>(ver Nota 19)</i>
Ministério das Finanças DGEFPEP	35 577	317 305	-	-	110 965	287 283	142 134	13 667
	-	-		13 973	-	-	40 959	-
	35 577	317 305	-	13 973	110 965	287 283	183 093	13 667

	2019 Reexpresso							
	Balanço				Demonstração de resultados			
	Cientes	Outras contas a receber	Outras contas a pagar	Diferimentos	Forn. e serv. Externos	Prestação de serviços	Subsídio a exploração	Outros Rendimentos e Ganhos
	<i>(ver Nota 5)</i>	<i>(ver Nota 8)</i>	<i>(ver Nota 13)</i>	<i>(ver Nota 14)</i>	<i>(ver Nota 17)</i>	<i>(ver Nota 15)</i>	<i>(ver Nota 16)</i>	<i>(ver Nota 19)</i>
Ministério das Finanças DGEFPEP	13 773	420 538	-	-	110 965	272 743	152 302	11 794
	-	-	18 144	-	-	-	46 560	-
	13 773	420 538	18 144	-	110 965	272 743	198 862	11 794

- (i) Não existem transações com os Administradores.
- (ii) As remunerações dos Administradores incluídas na rubrica de Gastos com o pessoal ascendem a mCVE 10 696 (2018: mCVE 10 576).

NOTA 25 – RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

Não são conhecidas outras responsabilidades e contingências além das referidas nas Notas anteriores.

NOTA 26 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

As remunerações dos membros de órgãos de sociais e dos auditores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, decompõem-se como segue (em mCVE):

	mCVE	
	2020	2019
Conselho de administração	10 696	10 576
Órgão de fiscalização	360	360
Auditores	1 440	886
	12 496	11 822

NOTA 27 - OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO REGIME DO ACRÉSCIMO

Ver Notas 7, 14 e 15.

NOTA 28 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Devido ao ciberataque ransomware ryuk sofrida pela Rede Tecnológica Privativa do Estado (RTPE) no dia 26 de novembro de 2020, implicando disrupção dos serviços mais críticos do Estado, o NOSi cumprindo as recomendações constantes no relatório forense do ciberataque, teve necessidade de adquirir appliances e licenças necessárias para garantir suporte, manutenção/atualização e compliance para os próximos três anos, de duas novas arquiteturas de firewall na RTPE, sendo estas dos fabricantes Palo Alto Networks e FrotiNet/FortiGate.

Face a estas aquisições, o Nosi teve a necessidade de solicitar um financiamento de mCVE 56 894 junto a Caixa Económica de Cabo Verde com o aval do Estado de Cabo Verde, com o intuito de honrar o contrato firmado com a empresa HARDSECURE, Lda, fornecedora das arquiteturas de firewall.

Além do facto acima descrito, não se verificou qualquer outro acontecimento ocorrido após 31 de dezembro de 2020 que possam influenciar de forma significativa nas contas apresentadas ou que justifiquem a sua menção.



CARLOS ALBERTO TAVARES PINA
(Presidente do Conselho de Administração)



MAYRA SUELY SANTOS SILVA
(Administradora Executiva)



LUMUMBA FERNANDES BARBOSA
(Administrador Executivo)



JOÃO EMANUEL DE PINA
(Diretor de Finanças e Procurement)

Relatório de Atividades referente ao exercício de 2020 e Parecer do Fiscal Único sobre as Contas

Exmo. Senhor Acionista,
do NOSI, E.P.E

Introdução

Em cumprimento do disposto do n.º1 do artigo 222º, conjugado com o disposto no n.º3 do artigo 223º do Código das Sociedades Comerciais e do mandato conferido, compete ao Fiscal Único emitir o relatório anual sobre a ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório e Contas de Gerência referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, do Núcleo Operacional da Sociedade de Informações, Entidade Pública Empresarial (NOSI, E.P.E), conforme previsto no artigo 32º dos Estatutos da NOSI, aprovados pelo Decreto-lei nº13/2014.

No decurso do exercício, acompanhou-se a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Inteirou-se das principais decisões do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, lavradas em atas de reuniões desses órgãos, com vista a garantir a observância da lei e dos estatutos;
- ▶ Participou-se em reuniões com a gerência, nomeadamente, o departamento financeiro e contabilidade da entidade, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos considerados necessários;
- ▶ Verificou-se, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, tendo analisado o processo de controlo orçamental e de execução do plano de atividades;
- ▶ Verificou-se, quando julgado conveniente, da forma adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificou-se a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificou-se que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- ▶ Acompanhou-se os trabalhos realizados pelos auditores externos, tendo obtido todos os esclarecimentos considerados necessários;
- ▶ Confirma-se que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações do Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Cumpru-se as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade;
- ▶ Procedeu-se à análise do desempenho económico e financeiro e a execução orçamental, destacando os seguintes pontos (tendo em consideração a expressão das contas de 2019 conforme indicado na Nota 0):
 - (i) Verifica-se uma deterioração significativa dos indicadores da Estrutura Financeira, passando a Autonomia Financeira dos 44% em 2019 para os 38% em 2020 e a Solvabilidade dos 77% em 2019 para os 61% em 2020, justificado essencialmente pela redução dos capitais próprios impactado pelos resultados negativos de 2020 no montante de 65.782 mECV;
 - (ii) Consequentemente, verifica-se um decréscimo de performance em todos os indicadores de Rendibilidade, nomeadamente, passado a Rendibilidade do Capital Próprio dos 8% em 2019 para os -16% em 2020 e a Rendibilidade Operacional dos 3% em 2019 para os -6% em 2020;
 - (iii) O prejuízo verificado, deve-se essencialmente à diminuição dos réditos provenientes das vendas, prestações de serviços e dos subsídios à exploração, conjugado com o aumento dos gastos com pessoal, justificado pelo ajustamento salarial feito em 2020;

- (iv) Adicionalmente verifica-se um aumento dos saldos das rubricas de clientes e outras contas a receber, representando valor considerado do ativo corrente (1.016.427 mESC, cerca de 93%), sendo na sua maioria montantes a receber do Ministério das Finanças e de outras entidades públicas e autarquias.

Chamou-se atenção ao Conselho de Administração em relação às referidas situações, pelo que se recomenda uma maior pressão de cobrança dos valores a receber.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que foi efetuada pela PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Auditores Certificados, Lda, foi emitida, nesta data, o correspondente Relatório do Auditor Independente com reservas.

Recomenda-se ao Conselho de Administração uma análise das reservas de modo resolver as referidas situações, evitando a inclusão das mesmas nos próximos relatórios de auditoria.

Face ao exposto decidiu-se emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

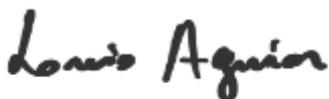
Exmo. Senhor Acionista,
do NOSI, E.P.E

Procedeu-se à ação de fiscalização do Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial (NOSI, E.P.E) nos termos do artigo 222º e 223º do Código das Sociedades Comerciais e conforme previsto no artigo 32º dos referidos Estatutos, em resultado da qual emite-se parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2020 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstas no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2020 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais, e
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa de 2020, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Praia, 02 de agosto de 2021

O Fiscal Único



Luis Alberto da Silva Aguiar
Auditor Certificado nº 41
Registado na Ordem Profissional dos Auditores
e Contabilistas Certificados de Cabo Verde (OPACC)

Relatório do Auditor Independente

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial, EPE (a Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matérias referida na alínea a) e exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nas alíneas b) a d) apresentadas na secção “Bases para a opinião com reserva”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial, EPE em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.

Bases para a opinião com reservas

- a) Conforme referido na Nota 4 do Anexo integrante das demonstrações financeiras, a Empresa opera com uma licença da ORACLE adquirida em 2016 por milhares de escudos (mCVE) 168 491, a qual foi amortizada ao longo dos exercícios de 2016 a 2018. Consideramos que a referida licença é perpétua, portanto, com vida útil indefinida, não estando, por isso, sujeita a amortização, pelo que o Ativo intangível e o Capital próprio inicial encontram-se subavaliados em mCVE 168 941.
- b) As dívidas de entidades públicas e autarquias não foram objeto de análise de imparidade, pese embora cerca de mCVE 497 000 apresentarem antiguidade superior a um ano (ver Nota 5 do Anexo integrante das demonstrações financeiras). Não existindo acordos de regularização para este montante, consideramos que não se encontram reunidas todas as condições que nos permitam concluir sobre o grau de recuperação destas dívidas, nem sobre o efeito do desfasamento temporal relativo à data prevista para o seu recebimento.
- c) Conforme referido nas Notas 8 e 11 do Anexo integrante das demonstrações financeiras, foi celebrado um Protocolo de Prestação de Serviços com o Ministério das Finanças, em vigor desde janeiro de 2017, envolvendo a aquisição de uma licença ORACLE com recurso a financiamento contraído junto da Caixa Económica de Cabo Verde, com amortização de capital e juros assumida por aquele Ministério. Consideramos que a informação disponível não suporta, com razoável nível de segurança, os movimentos contabilísticos que têm sido efetuados, associados ao referido Protocolo, implicando o reconhecimento de rendimentos de cerca de mCVE 135 000 em anos anteriores e de cerca de mCVE 45 000 em 2020.
- d) Não obtivemos até à data deste relatório, resposta de um advogado ao nosso pedido de confirmação de eventuais litígios e outras situações relevantes, reportados a 31 de dezembro

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.

Edifício BAI Center, Piso 2 Dto, Avenida Cidade de Lisboa, C.P. 303 Cidade da Praia, República de Cabo Verde

Tel: +238 261 5934/5, Fax: +238 261 6028, www.pwc.com/cv/pt/

Matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia sob o n.º 282682902/420191217

NIF: 282 682 902, Capital Social: CVE 1.500.000

Inscrita na lista da OPACC sob o n.º 6

de 2020. Consequentemente, não tivemos condições para identificar e quantificar eventuais contingências ou passivos existentes e não registados nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2020.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do código de ética do International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

Outra informação – relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Boal

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

2 de agosto de 2021

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde
- Sociedade de Auditores Certificados, Lda.
representada por:



Armando José C. Ferreira Rodrigues, Auditor Certificado